

Revista **HUMANITÁ**

Saneamento básico

O que a pandemia nos ensinou sobre os impactos da falta de saneamento

Meio Ambiente

O papel do Brasil na crise ambiental que assola o mundo

Relações trabalhistas

Os impactos da uberização do trabalho na sociedade brasileira





2021

A Revista Humanitá

A Revista Humanitá é uma publicação da Fundação 1º de Maio.
Os textos assinados não representam necessariamente a opinião da instituição, e as ideias e informações contidas neles são de responsabilidade de seus autores



Produção: Fundação 1º de Maio

Diretor executivo: Guilherme M. Martinelli

Conteúdo: Adriana Peres

Consultora de projetos: Monique Mondêgo

Projeto gráfico e diagramação: Valpixel

Revisão: Walter Rocha

Endereço para correspondência:
Rua Claudio Rossi, 1072 • Jardim da Glória
São Paulo/SP • Brasil • CEP: 01542010
Fone: (55 11) 3207.1210

Editorial

A 3ª edição da Revista Humanitá chega mais moderna e com uma estética mais arrojada para tornar a sua leitura ainda mais agradável. Quanto ao conteúdo, no entanto, mantivemos o compromisso de fomentar o debate e reflexão, a partir de diferentes perspectivas, sobre os problemas sociais que assolam o País, assim como propor caminhos para os solucionarmos.

No início de 2020, quando estávamos prestes a concluir as formações políticas iniciadas em 2019, ainda não fazíamos ideia do que encontraríamos pela frente, mas já pensávamos em maneiras para construir uma nova realidade para a sociedade brasileira. As matérias que abrem esta edição contam um pouco sobre essa trajetória.

A pandemia de covid-19 escancarou problemas sociais por muitos ignorados no País. Os artigos "A falta de saneamento básico no Brasil e a pandemia de covid-19", "Não há economia em um planeta devastado: o que a pandemia tem a nos ensinar sobre a crise ambiental e econômica" e "Pandemia de covid-19 reaquece o debate sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores expostos à uberização do trabalho" abordam três desses problemas: falta de saneamento básico, crise ambiental e a precarização das relações de trabalho.

Debates sobre transparência da gestão pública, candidaturas avulsas e o trabalho contemporâneo também compõem esta edição. Além disso, você encontra sugestões de leituras que poderão te ajudar a melhor compreender o momento pelo qual passamos e também analisar dinâmicas sociais, políticas e econômicas sobre novas óticas.

Convido a todas e todos para conhecerem a 3ª Edição da Revista Humanitá.



Samanta Costa
Presidente da Fundação 1º de Maio

Editorial

2020 foi um ano de dificuldades e superação para todos nós. Seguimos enfrentando o maior desafio deste século: a pandemia de covid-19, que deixou o Brasil e o mundo fragilizados e, infelizmente, levou à morte de milhares.

Acredito que nesses últimos meses, depois das eleições municipais e com o inquieto noticiário das batalhas que já nos afligem no começo deste ano, os brasileiros estão cada vez mais percebendo que as verdadeiras soluções para os nossos problemas passam pela política. Pela discussão e implementação prática de ações que podem salvar, ou deixar em apuros, milhões de pessoas. O auxílio emergencial – provavelmente a principal resposta de combate à crise econômica agravada pela pandemia – construído pela Câmara dos Deputados, com grande protagonismo dos deputados do Solidariedade, é um grande exemplo de como a política em prol do bem comum pode ser a diferença entre a sobrevivência e o desamparo. Auxílio emergencial que, aliás, eu continuo lutando para que seja estendido também ao longo de 2021 ou poderemos enfrentar um colapso econômico e social nos dias que se aproximam.

Essa 3ª edição da revista Humanitá apresenta, além dos projetos do Solidariedade e da Fundação 1º de Maio, a proposta de levar ao cidadão comum a possibilidade de discutir e entender mais sobre política. Nos ajudando a enxergar melhor sob o véu de opiniões enviesadas e meias verdades que, não é de hoje, permeiam uma parte da vida de grupos políticos do País.

Apenas com mais participação da população discutindo e pensando de maneira crítica encontraremos as propostas que podem ajudar o Brasil a continuar seguindo em frente. Vamos continuar lutando e fazendo com que os desafios de 2021 se apequenem diante da vontade de transformar nossa sociedade, só com Solidariedade a gente muda o Brasil! Boa leitura!



Paulinho da Força

Deputado Federal e Presidente Nacional
do Solidariedade



SUMÁRIO

Formação política

Solidariedade e Fundação 1º de Maio investem em formação política para fortalecimento e expansão dos quadros partidários

7

Mulheres na política

Lidera+ forma mais de 100 mulheres para as eleições municipais e estaduais

11

Resultado das eleições 2020

Na direção das mudanças sociais, Solidariedade contribui com o avanço de mulheres na política e elege nove candidatas a mais do que no pleito anterior; o número de prefeitos/as eleitos/as também se amplia

17

Entrevista

"Em todas as crises e tragédias que o mundo já enfrentou, a solução foi a ciência", afirma o deputado Zé Silva à Humanitá

19

Leitura

Para ler e refletir: "Thomas Piketty e o segredo dos ricos" e "Sapiens – Uma breve história da Humanidade"

24

Partidos

Podem coexistir candidaturas avulsas, grupos suprapartidários e partidos políticos no Brasil?

26

Crise ambiental

Não há economia em um planeta devastado: o que a pandemia tem a nos ensinar sobre a crise ambiental e econômica

30

Conceito

A morte como política: o conceito de Necropolítica de Achille Mbembe

35

Saneamento básico

A falta de saneamento básico no Brasil e a pandemia de covid-19

38

Uberização

Pandemia de covid-19 reaquece o debate sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores expostos à uberização do trabalho

40

Trabalho

O trabalho no mundo contemporâneo

44

De olho no poder público

Transparência da gestão pública: participação e controle social e efetivação da cidadania

49

Solidariedade e Fundação 1º de Maio investiram em formação política para fortalecimento e expansão dos quadros partidários



Mais de 230 pessoas de todas as regiões do país participaram dos cursos de formação política promovidos pela Fundação 1º de Maio.

No início de 2020, a Fundação 1º de Maio concluiu dois cursos intensivos para formação de quadros partidários. Um deles, o Lidera+, inédito no país por se voltar exclusivamente para a formação de mulheres, formou 120 participantes.

Organizado em parceria com a Secretaria Nacional da Mulher do Solidariedade, o curso recebeu mais de 500 inscrições de todas as regiões do país e de diferentes perfis, fatores cruciais na seleção das candidatas.

Palestras sobre história dos partidos políticos, sistema representativo, estrutura política brasileira, projetos de lei e políticas públicas, comunicação institucional e gestão de recursos públicos foram apenas algumas das que compuseram o cronograma do curso, divididos em cinco módulos, realizado ao longo de mais de seis meses. Ao término da formação, as participantes apresentaram um trabalho de conclusão de curso que consistiu no planejamento completo de uma campanha política, já antecipando os processos necessários para uma eficiente execução da estratégia eleitoral.



Participante do curso Lidera+ acompanha aula do curso intensivo.

Além do Lidera+, o PolíticAção formou outras 200 pessoas, divididas em duas turmas: em Brasília e São Paulo. O curso priorizou participantes jovens de até 35 anos, com interesse em contribuir com as campanhas e se candidatarem. Dos que compuseram as chapas do Solidariedade pelo país, nove se elegeram e juntos somaram quase 20 mil votos.

Para o secretário-geral nacional do Solidariedade, os cursos de formação política representam um avanço na dinâmica partidária. “O que percebemos é que capacitando homens e

mulheres para participar da vida política, a gente consegue lançar, cada vez mais, bons políticos. Não é fazer uma nova política, isso não existe, o que queremos é fazer uma boa política. E com a formação estamos confiantes de que conseguiremos eleger novas vereadoras e prefeitas e novos vereadores e prefeitos que honrarão os votos recebidos”.

Prestes a completar sete anos de existência, a Fundação 1º de Maio, junto ao Solidariedade, já percorreu o Brasil todo com atividades e cursos de formação política; no total, foram mais de

100. Promoveu encontros para debater temas de relevância social, como a representação feminina na política, produziu inúmeros conteúdos para o ambiente digital, uma coleção para estudos teóricos, a Pontos e Pontes, e ainda a Revista Humanitá, que está em sua 3ª edição. Somados, os projetos chegaram a alcançar mais de 100 mil pessoas de todas as idades, gêneros e condições socioeconômicas.

Responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas e educação na área política segundo valores e projetos dos partidos aos quais estão ligadas, bem como a for-

“O que percebemos é que capacitando homens e mulheres para participar da vida política, a gente consegue lançar, cada vez mais, bons políticos. Não é fazer uma nova política, isso não existe, o que queremos é fazer uma boa política”, destaca Luiz Adriano, secretário-geral nacional do Solidariedade

mação de novas lideranças, as fundações partidárias se constituem como instituições fundamentais para a atuação político-partidária. Partidos fortes dificilmente estarão ligados a fundações que não cumprem com o seu papel. Neste sentido, o partido Solidariedade e suas secretarias têm atuado fortemente ao lado da 1º de Maio para fortalecer e expandir seus quadros.

A ideia de que é importante formar e capacitar os políticos não é nova. Mas, dada a crescente descrença nos partidos, em particular, e demais instituições representativas, de maneira geral – uma pesquisa realizada pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (IDDC) em 2019 mostra que 65% dos brasileiros está insatisfeito com o sistema democrático e suas instituições

representativas – não é difícil compreender o porquê da importância de se investir em educação política antes, durante e depois das eleições.

É possível entender a formação política como um conjunto de ações que ensina aos indivíduos a conduzir a atividade política de forma eficiente e eficaz, não somente possibilitando a percepção da realidade

em diferentes níveis, como também a uma prática concreta na vida política, a qual demanda uma série de aptidões e capacidades: saber negociar e mediar conflitos, mobilizar e articular a militância, propagandear e sustentar as estratégias definidas etc. Desta forma, a formação política fornece as ferramentas necessárias para uma práxis política, que envolvem o pensar e o fazer.

Tomemos como exemplo um projeto político que prevê a privatização do Sistema Único de Saúde sob a alegação de que o Estado não dá conta de uma estrutura complexa, cara e que abarque o país todo, o que resulta em negligências e desigualdades no acesso à saúde.

O projeto considera que cabe ao mercado a gestão da área da Saúde, assim como aos cidadãos pagarem por ela, de modo que possam gerir ao longo da vida outras práticas que poderão fazer com que economizem com os cuidados médicos, como é o caso de práticas diárias de atividade física e manutenção de uma alimentação balanceada.

Antes de concordar ou não com as premissas apontadas acima é necessário fazer algumas reflexões sobre o tema: 1) Quanto de recurso seria necessário para dar conta do SUS, supondo que os recursos atuais não sejam suficientes?; 2) Quais os parâmetros levados em conta para a distribuição dos

recursos pelo país?; 3) O que aconteceria se alguém não pudesse pagar por um atendimento de saúde privado?; 4) Quais grupos sociais serão os principais beneficiados por essa proposta?; 5) Quais grupos sociais serão os principais prejudicados?; 6) Se a saúde é um direito inalienável de todo cidadão, devendo ao Estado provê-lo, como é possível cobrar por ele? E as perguntas não param por aqui.

Compreender de que maneira as diferentes forças políticas atuam para fazer valer seus interesses – se as propostas visam atender a demandas corporativistas, que beneficiam um grupo muito específico de pessoas, ou se de fato pretendem resolver um problema público, que gerará alterações amplas positivas no corpo social – e os mecanismos disponíveis para mover toda a estrutura política em prol de uma causa específica é de extrema importância, pois isso poderá resultar numa estratégia de ação mais ou menos eficaz, e mais ou menos de acordo com os valores e princípios difundidos pela instituição política a qual se faz parte.

Cada um desses questionamentos, seja para fazê-los como para dar uma resposta a eles, requerem conhecimentos prévios sobre a organização do Estado, sobre a gestão de recursos públicos, sobre a estrutura dos partidos políticos e instituições políticas que permitirão a



Estudantes do PoliticAção acompanham uma aula do curso.

elaboração de projetos de lei e políticas públicas que se aprovadas impactarão diretamente na dinâmica social.

A especificidade e complexidade das perguntas a serem feitas variam também de acordo com o aprofundamento teórico e prático da pessoa. Assim, para problemas maiores e cheios de nuances, saber pensar e saber fazer podem resultar em melhores práticas e resultados.

Em suma, o investimento em formação política visa aguçar o olhar crítico da realidade, facilitar a percepção dos conflitos envolvidos nas disputas políticas próprias do sistema democrático, a melhor compreensão dos diferentes níveis analíticos que recaem sobre a vida em sociedade, a rápida tomada de decisão entre caminhar ou recuar, começar ou terminar. E, essencialmente, saber fazer as melhores perguntas e oferecer

as melhores respostas.

A Fundação 1º de Maio e o Partido Solidariedade investem em formação política por considerarem que é por meio dela que o programa político pensado para o Brasil poderá ser colocado em prática, e o que é ainda melhor, de forma estratégica, eficaz e condizente com as demandas sociais. ■

O investimento em formação política visa aguçar o olhar crítico da realidade, facilitar a percepção dos conflitos envolvidos nas disputas políticas próprias do sistema democrático, a melhor compreensão dos diferentes níveis analíticos que recaem sobre a vida em sociedade

Deputado Paulinho da Força dá boas-vindas às participantes do Lidera+.





O curso Lidera+ voltou-se exclusivamente para mulheres.

Solidariedade colhe os frutos dos cursos de formação para mulheres nas eleições de 2020 e elege novas candidaturas femininas

No início de 2020, mulheres de todas as regiões do país receberam o diploma do curso de formação política organizado pela Fundação 1º de Maio e a Secretaria Nacional da Mulher do Solidariedade e já participaram das eleições municipais de 2020.

No dia 08 de março de 2020, data simbólica para as lutas femininas, a Fundação 1º de Maio, em parceria com a Secretaria Nacional da Mulher do Solidariedade, realizou o encerramento do Lidera+, um curso de formação política exclusivo para mulheres. Mais de 100 delas receberam o diploma de conclusão no tapete vermelho estendido no Hotel Vista Serrana, no Interior de São Paulo. A iniciativa mira nas eleições municipais que ocorrem neste ano e nas estaduais, em 2022.

O investimento realizado pela Secretaria Nacional da Mulher do Solidariedade em candidaturas

femininas está de acordo com o artigo 44 da Lei nº 9.096/1995, chamada Lei dos Partidos Políticos, que prevê o investimento mínimo de 5% do fundo partidário em programas de incentivo à participação política das mulheres. De acordo com dados do Banco Mundial, em uma lista que inclui os países do G20 e vizinhos da América Latina, o Brasil ocupa a amarga 19ª colocação, com apenas 10,7% de parlamentares no Congresso nacional.

Luiz Adriano, secretário-geral nacional do Solidariedade, falou sobre os planos com o curso de formação: “A ideia de realizar o Lidera+ nesse

formato nasceu de um projeto que existe no Rio Grande do Norte, idealizado pelo nosso deputado estadual Kelps Lima e Luciana Bezerra, secretária estadual do Solidariedade Mulher do Rio Grande do Norte, chamado Jovens Líderes, que rendeu bons frutos para o partido. Dado ao sucesso da formação e a problemática das candidaturas femininas, o Solidariedade achou por bem fazer um investimento maior para capacitar mulheres para as próximas eleições. Esse projeto não visou somente 2020, é um projeto que se estende a 2022.”, destacou o secretário.

Para o presidente nacional do Solidariedade e deputado federal, Paulinho da Força, o investi-

mento em candidaturas femininas precisa ir além dos períodos de eleição, sendo necessário formá-las para que tenham condições reais de disputar o pleito. “Nas eleições de 2018 investimos 13 milhões de reais em candidaturas femininas e recebemos apenas 106 mil votos, foram os votos mais caros que já tivemos. O Lidera+ é resultado dessa reflexão que, ainda que tardia, é necessária para ampliar a participação de mulheres na política. Decidimos investir antes, durante e depois das eleições em mulheres para que elas tenham condições reais de disputar com os homens”, disse o presidente.

“Tenho certeza de que esse investimento que fizemos mostra que estamos no caminho certo. Tenho outra certeza também, de que nos próximos anos teremos mais de três mulheres aqui na frente”, continuou. A mesa de encerramento contou com a presença das deputadas federais pelo Solidariedade Dra. Marina Santos (PI) e Dra. Vanda Milani (AC), e a presidente da Fundação 1º de Maio, Samanta Costa.

“Queremos que daqui para frente mais mulheres ganhem as eleições, mas, não somente, que elas estejam bem preparadas quando se elegerem. Queremos que elas ganhem as eleições e cheguem com conhecimento às Câmaras e Assembleias Legislativas. Quando elas chegarem lá, vão saber o que fazer e como fazer”, disse Samanta Costa.



A participante apresenta o seu diploma ao término do curso de formação.

A seleção das participantes seguiu alguns critérios, como atuação política na sua região/comunidade, projeto pessoal político e pretensão de ser candidata nas próximas eleições. O que poderia se tornar um empecilho no número de inscrições, trouxe um novo panorama: a imensa quantidade de mulheres que, ao contrário do que se diz no senso comum, estão interessadas em política e desejam participar ativamente. Foram mais de 500 inscrições, de todas as regiões do país, diferentes idades e perfis socioeconômicos.

O processo seletivo ocorreu de abril a agosto de 2019 e foi dividido em duas etapas: análise

das fichas de inscrição e entrevistas com as primeiras selecionadas. Dada a qualidade das candidaturas, as 100 vagas disponibilizadas inicialmente foram ampliadas para 120.

O curso, dividido em cinco módulos presenciais – Formação Política, Construindo a Candidatura, Formação de Rede de Apoio, Comunicação Social e Pessoal e Mulheres na Política – e atividades à distância, foram ministrados ao longo de mais de seis meses por especialistas e lideranças do Solidarietà. O primeiro módulo ocorreu na cidade de São Paulo, em agosto de 2019, e os seguintes, incluindo o encerramento, aconteceram

em um Hotel Fazenda na cidade de Mairiporã, entre setembro de 2019 e março de 2020.

O quinto e último módulo ocorreu no sábado que antecedeu o encerramento. Nele, as participantes tiveram palestras sobre história das mulheres na política e candidaturas laranjas, principais problemáticas relacionadas às mulheres no país e outros temas específicos da dinâmica partidária e eleitoral, como convenções partidárias e prestação de contas. As participantes também apresentaram um trabalho de conclusão de curso, que consistiu em um planejamento de campanha completo.

“Queremos que elas ganhem as eleições e cheguem com conhecimento às Câmaras e Assembleias Legislativas. Quando elas chegarem lá, vão saber o que fazer e como fazer”, aponta Samanta Costa, presidente da Fundação 1º de Maio

No último dia do Lidera+, as participantes receberam diplomas em uma cerimônia de encerramento.



Já para Jaciara Mello, ativista do movimento negro, que sempre trabalhou nos bastidores, mas nunca na linha de frente, como ela mesmo explicou na ocasião, o curso Lidera+ abriu horizontes. “Eu não enxergava a possibilidade de ampliar a atuação como militante nas Câmaras e Assembleias, hoje vejo como uma realidade. Quando questionada sobre a suas bandeiras, ela foi taxativa “Não é questão de ter bandeira, isso sou eu. Ser mãe, mulher negra, lutar diariamente contra as desigualdades são coisas que me acompanham. Como não vou defender a equidade racial, a equidade de gênero? É o que eu preciso fazer!”.

No início da manhã do domingo, a Secretária Nacional do Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República de 2003 a 2016, Aparecida Gonçalves, ministrou uma palestra sobre violência contra a mulher e perspectivas no cenário político.

Aparecida apresentou um panorama sobre a violência de gênero no país e destacou os desafios e obstáculos para transformar essa realidade, a começar pela participação feminina nos espaços de poder.

“Estamos disputando poder e nessa disputa nada nos é de graça. Nenhum homem vai deixar de se candidatar para que uma mulher faça isso”, salientou Aparecida.

A ex-secretária também destacou que é preciso pensar a violência das mulheres como um fenômeno social. “O feminicídio não é um problema exclusivo das mulheres. A sociedade autoriza esse tipo de violência. Por isso, é necessário pensar o enfrentamento à violência da mulher como uma política de Estado”, disse.

O evento ainda contou com as palestras da Cris Guerra e Ruth Manus, escritoras conhecidas pelo trabalho em prol do resgate do poder feminino. Para Guerra, as mulheres não precisam de empoderamento, elas precisam de consciência de si e de suas potencialidades. “Pre-

cisamos tomar conta das nossas próprias histórias. E se não posso mudar os fatos, mudo minha forma de lidar com eles”, destaca.

Ruth Manus, por sua vez, apontou a importância de deixar a culpa de lado e compreender que é direito das mulheres ocuparem os espaços. Depois de perguntar à plateia sobre quantas se sentiam culpadas por estar ali e ver um auditório cheio de mãos levantadas, ela concluiu. “Sentimento de culpa porque nos colocaram em caixinhas, nos definiram como responsáveis pelos filhos, pela casa, pelos companheiros. Tudo que a gente define, a gente controla. Por isso, as mulheres são colocadas em caixinhas.”

Jaciara Mello,
participante do Lidera+.
Candidata a vereadora
em Ponta Grossa-PR nas
eleições de 2020.



Para Iasmim Reis, participante mais nova do curso, com apenas 22 anos, o primeiro obstáculo foi a idade. Ainda assim, destaca, a presença de jovens é imprescindível. “Está cada vez mais difícil para os jovens encontrarem emprego, para conseguirem assistência que garanta o acesso a cursos de formação de qualidade. Se não estivermos na política, se não tomarmos o nosso lugar de direito, essa realidade não vai mudar.”, disse.

Aline Oliveira, de Sergipe, soube do Lidera+ por grupo em uma rede social e, após pesquisar sobre os valores e ideologia do partido, decidiu por se inscrever. “Procurei conhecer a ideologia do partido e percebi que seus valores convergem com um dos temas que mais me interessam, o humanismo. Depois disso, decidi me inscrever e buscar um espaço na política.”

“Acredito que esse curso transformou a maneira como me enxergo, hoje consigo me perceber como um ser político. Sempre tive desejo de participar, mas não tinha oportunidade.”, disse Oliveira.

O Solidariedade elegeu 228 mulheres nas eleições de 2020, nove a mais do que no pleito anterior. Quatro delas vieram do Lidera+. Esse número, mesmo que a princípio pareça pouco representativo, é de extrema relevância se levarmos em conta que no Brasil não se completaram cem anos desde que as mulheres puderam votar e se candidatar pela primeira vez.

O legado de exclusão de mulheres nos espaços de poder ainda hoje se faz presente, mas vem mudando. O número de mulheres eleitas em todo o Brasil aumentou de 11,57% para 15%, e o Solidariedade contribuiu

para esse avanço.

Mesmo que a vitória não tenha vindo para todas, a mudança de perspectiva de que as mulheres também podem competir e que devem fazer parte da política, é de extrema importância e, com toda certeza, impacta, cada vez mais, no resultado dos pleitos.

Os investimentos contínuos, no entanto, não restritos aos períodos eleitorais, têm gerado impactos. Por este motivo, investir em formação faz parte das estratégias eleitorais do Solidariedade junto à Fundação 1º de Maio, não somente porque significa o futuro do partido, mas também por representar um avanço estrutural e qualitativo da democracia no país. Todas e todos temos a ganhar com isso.

“Estamos disputando poder e nessa disputa nada nos é de graça. Nenhum homem vai deixar de se candidatar para que uma mulher faça isso”, salientou Aparecida

Givanilda da Silva de Águas Lindas (GO), eleita vereadora após concorrer pela terceira vez, destaca a importância do Lidera+ no seu processo de amadurecimento. “Foi uma experiência incrível, me ajudou a ter mais visão sobre como fazer política da maneira correta. O curso me ajudou a perder a minha timidez, a saber me expressar melhor, a identificar os eleitores de cada bairro de acordo com suas personas, enfim, contribuiu muito para a minha eleição”, afirmou.

Divina Zago, reeleita prefeita de Caturai (GO), também participou do curso de formação e, apesar de veterana, destaca que é necessário manter-se em constante aprimoramento para dar conta das dinâmicas sociais em constante transformação. “O curso foi de grande importância para a minha formação política, participar do lidera+ fez com que eu pudesse chegar à minha reeleição com mais facilidade usando os meios que aprendi ao longo do curso.

“Não conheço nenhum partido que dê importância à mulher na política como fez o Solidariedade”, afirmou Edna Costa, eleita vereadora em Cristais Paulista (SP), quando perguntada sobre o impacto do curso em sua jornada política. ■



Samanta Costa, presidenta da Fundação 1º de Maio palestra no curso Lidera+.

Eleições 2020 : Solidariedade amplia a presença de mulheres nas Câmaras de Vereadores e avança em número de prefeituras

Na direção das mudanças sociais, Solidariedade contribui com o avanço de mulheres na política e elege nove candidatas a mais do que no pleito anterior; o número de prefeitos/as eleitos/as também se amplia.

As eleições de 2020 representaram uma mudança no perfil de candidaturas em todo o país, que contaram com uma maior participação de mulheres e negros. Ainda que de forma tímida, a presença feminina nas Câmaras de Vereadores/as cresceu para 15%. O Solidariedade manteve essa tendência e elegeu 228 mulheres, nove a mais do que no pleito anterior. Destas, quatro passaram pelo Lidera+, curso de formação política exclusivo para mulheres, ministrado em 2020.

Nestas eleições, além da cota de 30% de candidaturas femininas, entraram em vigor as novas regras que determinaram um percentual de investimento de, no mínimo, 30% dos fundos eleitoral e partidário e reserva de tempo, no mesmo percentual, na propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV voltados para campanhas de mulheres.

Essas mudanças visam garantir que os partidos políticos promovam candidaturas femininas investindo em suas campanhas de forma que o

campo de disputa, que reproduz o histórico de exclusão de mulheres dos espaços públicos, se torne mais paritário.

O investimento, contudo, não pode se resumir ao período de campanha. Antes de mais nada é preciso que as mulheres, cada vez mais, se sintam aptas a competir e tenham todas as ferramentas necessárias para tal. Segundo o Presidente Nacional do Solidariedade e deputado federal por São Paulo, Paulinho da Força, “é preciso investir antes, durante e depois das eleições para que o voto das mulheres fique mais barato e, assim, os partidos tenham mais condições de ampliar as novas candidaturas femininas e crescer”.

Para a presidente da Fundação 1º de Maio, os cursos de formação são partes integrantes do processo de mudança e representam uma possibilidade para que as mulheres ocupem novos espaços de representatividade. “Mesmo que os resultados não tenham superado as nossas expectativas, pois é óbvio que gostaríamos de ter elegido todas

as mulheres participantes do curso de formação, o avanço é inegável”.

“Sabemos que não é possível resolver um problema estrutural de milhares de anos em 7, mas temos a certeza de que estamos no caminho certo e temos contribuído para modificar esse cenário. O Solidariedade é um partido novo, que tem crescido em qualidade, que caminha na direção dos debates mais atuais sobre representação e isso nos dá maior energia para continuar”, destaca Costa.

Apesar de uma queda na quantidade de vereadores/as eleitos/as, o Solidariedade ampliou o número de prefeituras de 61 para 94, sendo mais de 50% de reeleições, e fortaleceu a sua presença em todas as regiões do país. Além disso, o partido também está presente em 120 vice-prefeituras.

“A sociedade está ficando mais consciente da importância da atuação da mulher nos espaços de poder. Só teremos uma democracia consolidada quando estivermos representadas. Nosso partido já tem essa clareza, tanto que investe na formação política das mulheres para uma participação mais ativa, haja vista o aumento de mulheres eleitas”, disse Denise Neri, Secretária Nacional da Mulher.

Atualmente, o Solidariedade possui 1335 vereadores/as distribuídos/as por todo o Brasil, 14 deputados/as federais, 94 prefeitos/as e 120 vice-prefeituras. Além disso, o partido conta com mais de 250 mil filiados/as. ■

“Sabemos que não é possível resolver um problema estrutural de milhares de anos em 7, mas temos a certeza de que estamos no caminho certo e temos contribuído para modificar esse cenário”



Urna eletrônica
Fonte: Agência Brasil

“Em todas as crises e tragédias que o mundo já enfrentou, a solução foi a ciência”, afirma o deputado Zé Silva à Humanitá

Entrevista para a Revista Humanitá, o deputado federal pelo Solidariedade – MG, Zé Silva, comenta temas importantes da atual conjuntura política do país.

No Perfil dessa edição da Revista Humanitá, convidamos o deputado federal pelo Solidariedade – MG, Zé Silva, que atualmente é líder do Solidariedade na Câmara, para conversar sobre o papel das Instituições frente à expansão autoritária no país, a conduta da Presidência da República no combate à pandemia de covid-19 e a tramitação na Câmara dos Deputados do projeto de lei apelidado pelos opositores como “PL da Grilagem”.

Para o deputado, a saída para a crise da pandemia de covid-19 precisa vir pelo caminho da ciência, mas não haverá retorno ao que já vivemos até aqui. “Em todas as crises e tragédias que o mundo já enfrentou, a solução foi a ciência. O novo normal, mostrará para o mundo, grandes transformações em todos os aspectos”.

Zé Silva também preside a Frente Parlamentar de Assistência Técnica e Extensão Rural, é membro da Frente Parlamentar da Agropecuária e Coordenador da Comissão de Obras Paradas no Brasil.

Deputador Federal pelo
Solidariedade-MG e atual
líder do partido na Câmara.



Fundação 1º de Maio: O que o mobilizou a entrar na política e quais foram os principais obstáculos enfrentados?

Deputado: Engenheiro agrônomo, segui a carreira de extensionista rural, um trabalho técnico na área rural, que propiciou atingir o objetivo de assumir a gestão de uma grande empresa, por meio do conhecimento; presidi a Emater – MG e Asbaer (Empresa de Extensão Rural – Brasil). Durante os anos à frente dessas duas empresas de extensão rural, percebi que já tinha cumprindo a missão técnica.

Para mudar as vidas de um número maior de pessoas, segui carreira política, que para mim é mecanismo eficaz de transformação.

Um grande obstáculo é a maneira de como as pessoas veem a política na sua essência, grande desafio, é mostrar a verdadeira política.

F: Atualmente o senhor é Líder do Solidariedade na Câmara dos Deputados. Quais os desafios de ocupar a liderança em um período tão conturbado da política brasileira, que inclui ainda uma pandemia que impactou o mundo todo?

ZS: Um momento delicado

e triste, um desafio enorme, um aprendizado, uma grande lição. É preciso ter uma grande engenharia de consenso já que há uma pandemia no campo da saúde e também no campo político e as duas não deveriam acontecer ao mesmo tempo. Toda a minha trajetória de vida política é baseada com grande luta em defesa das liberdades; participei das Diretas já, do movimento estudantil. E nesse momento, defender a democracia é defender a vida, será sem dúvida o maior legado que vou deixar para as minhas gerações futuras. Ainda mais neste momento em que lidero a bancada do Solidariedade, que tem na sua essência e princípios a transformação social, a valorização da vida, do conhecimento e eu só vejo um caminho, acreditar em Deus, na ciência e na política que vai nos ajudar a fazer essa travessia, preservando vidas e, por meio de muita “escutaroria”, assegurar a democracia sem desvalorizar as conquistas que já tivemos.

F: Como o senhor enxerga o papel do Congresso Nacional no combate à pandemia de covid-19? Como tem sido a relação com a Presidência da República?

ZS: O Congresso não pode faltar

ao Brasil. Minas nunca faltou ao Brasil no sentido de transformação; para mim, é muito honroso não faltar ao país aqui, no Congresso, em sintonia com o poder Executivo e Judiciário. Nós do Legislativo somos guardiões da construção de leis que tenham como primeiro pilar a preservação da vida, e é exatamente nesse sentido que estamos trabalhando, aprovando leis, proposições que possibilitem ao Governo Federal a garantia de todos os recursos para preservar vidas. A relação com o poder Executivo não tem sido fácil. As teses em que nós acreditamos, de que a ciência poderá resolver as questões da pandemia, vai na contramão do que pensa o Presidente da República; ele não acredita na ciência, porém, eu acredito. E, fazendo uma análise histórica, todas as grandes tragédias foram resolvidas por meio da ciência, por isso essa relação tem sido complexa.

As votações remotas do Congresso brasileiro são pioneiras no mundo, seguindo as orientações da ciência, distanciamento social, os parlamentares nos seus Estados, utilizando a tecnologia como aliada para dar continuidade aos trabalhos. Nós não deixamos de cumprir o nosso papel, com alta produtividade. Aprovamos um decreto histórico: ele permite que o governo utilize todas as suas reservas, os fun-

dos de investimentos e poupanças para preservação de vidas.

Logo nos primeiros cem dias do ano já aprovamos aproximadamente 50 proposições, destacando as questões ligadas à saúde, educação, agricultura e, honrosamente, tive a oportunidade de relatar a primeira lei do Brasil durante a pandemia, aprovada remotamente, que permite que 56 mil refeições sejam servidas todos os dias para as famílias de estudantes das escolas públicas, o que permite a boa alimentação dos estudantes e a continuidade do trabalho dos pequenos produtores rurais, que precisam repassar os seus produtos para o sustento das suas famílias.

Os projetos aprovados permitem o equilíbrio nos recursos para os trabalhadores, aquele cidadão que não tem carteira assinada, que trabalha informalmente, mas também garantindo recursos para os estados e municípios para manter os serviços essenciais e as empresas possam atuar com os seus profissionais.

F: No momento dessa entrevista, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei

apelidado pelos opositores como “PL da Grilagem”. Inicialmente o tema chegou à Câmara como uma medida provisória, sob sua relatoria, proposta pelo governo Jair Bolsonaro, e posteriormente o texto foi encaminhado à Câmara como um projeto de lei. Qual o motivo dessa alteração e de que maneira o projeto poderá beneficiar pequenos produtores, uma das principais pautas de defesa de seu mandato?

ZS: Eu tenho uma história de vida na agricultura familiar, uma história ligada à terra, à reforma agrária. Ao relatar esse projeto, com certeza foi mais um aprendizado: semanas de estudos e debates, destacando o aprendizado que adquiri por ter participado da Conferência Nacional do Clima, em 2019. A minha proposta é que o Estado brasileiro esteja presente para as pessoas que mais precisam, e que não atrapalhe quem menos precisa. A imagem que o Brasil passa é de que, de tempos em tempos, o Brasil aprova uma lei para legalização de terras públicas. Meu projeto de lei está fielmente de acordo com as teses que eu defendo.

“No meu projeto defendo o marco temporal de ocupação da legislação atual, e não dar preferência em licitações a quem ocupou terras públicas ilegalmente. O projeto de lei foi construído com base no meu parecer à MP 910, e traz uma mensagem muito clara para o Brasil e para o mundo no sentido que não haverá mais espaço para ocupações ilegais de terras públicas no país”, explica o autor do PL, Zé Silva, que trabalha há mais de 30 anos com as causas da agricultura familiar; engenheiro agrônomo, Zé Silva iniciou sua carreira de Extensionista Rural no primeiro assentamento do Governo Civil brasileiro, e também foi Secretário de Estado de Agricultura e presidente da Emater, em Minas Gerais.

A proposta é manter como marco temporal de ocupação das terras passíveis de regularização o dia 22 de julho de 2008, conforme determina a lei 11952/09 do Terra Legal, 12651/12 – Código Florestal e a 13.465/17 da Regularização de Assentamentos; já a MP 910, previa ocupações até 2014.

No meu projeto defendo o marco temporal de ocupação da legislação atual, e não dar preferência em licitações a quem ocupou terras públicas ilegalmente

Os agricultores familiares com propriedade de até 1 módulo fiscal, terão que atender menos quesitos para a titulação, já os de 2 a 6 módulos, para se beneficiarem do sensoriamento remoto terão que atender 10 quesitos, como apresentar Cadastro Ambiental Rural (CAR) Ativo, apresentar planta de área com georreferenciamento e TRT/ART, não ter sido beneficiário de reforma agrária ou regularização fundiária, comprovar ocupação da terra antes de 22 de julho de 2008, não ter trabalhadores em condições análogas a escravo, não ter embargos ou infração ambiental e não ter indícios de fracionamento fraudulento, só para citar alguns.

F: Como pensar a agricultura, de maneira geral, e a familiar, em particular, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental?

ZS: Na verdade, independentemente do tamanho da propriedade, tudo que se produz no campo é agronegócio. O que o consumidor quer é produto barato, com qualidade e produzido de forma sustentável. A agricultura familiar é responsável em grande medida pela segurança alimentar, com a produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam às nossas mesas. São mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil, ou 84% das

propriedades. Empregam 74% da mão de obra no campo, e ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. Os estudiosos e mesmo o mercado ensinam que o Estado precisa tratar os diferentes de forma diferente. O agronegócio é sim segmentado em familiar e não familiar, mas essa segmentação só fortalece nossa economia e nossas oportunidades de superar a pobreza e as desigualdades sociais que ainda nos assombram. Portanto, não interessa a ninguém, muito menos aos produtores, às famílias rurais e ao Brasil essa tal “divisão” que insistem haver no agronegócio brasileiro.

F: De que forma os caminhos da agricultura familiar e pequenos produtores se cruzam com a preservação do meio ambiente, tema central da atualidade?

ZS: No Brasil, a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, absorvendo 40% da população economicamente ativa do País. Ao gerar renda local, ela fixa o homem no campo e diminui as pressões nas cidades, além de contribuir com a preservação do meio ambiente, protegendo a biodiversidade agrícola. Portanto a minha luta é para que o trabalhador rural tenha melho-

res condições de produzir com qualidade. Tramita na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), projeto de Lei nº 7578/2017, de minha autoria, que cria mecanismos de compensação ao produtor rural pela preservação vegetal e manutenção do patrimônio natural de sua propriedade. A proposta cria mecanismos capazes de mensurar o valor da floresta nativa preservada. A partir desse cálculo, serão gerados créditos para o produtor, desde a conservação, preservação ou recuperação do bioma. O projeto garante um futuro muito melhor para as próximas gerações. Onde as nossas florestas, os nossos campos, as nossas matas se transformam em lavoura, mas sem destruí-las e, principalmente, sem causar nenhum dano ao meio ambiente. O chamado projeto Patrimônio Verde diz claramente que quem exerce essa atividade, de agricultura, de produzir alimentos, de preservar o meio ambiente, é o produtor rural.

F: Ao longo de 2020 vimos uma escalada autoritária do Governo Federal, o que pode resultar, indicam alguns analistas, em graves rupturas nas estruturas da Democracia brasileira. Como o senhor enxerga essa questão?



ZS: Não acredito em retrocesso da democracia. A população brasileira não vai permitir que isso aconteça, também porque as instituições brasileiras são estruturadas. No Congresso Nacional, altamente representativo, acredito que vai prevalecer a democracia. Evidentemente vai nos desafiar para que a democracia não retroceda; na minha geração passei por esse momento de conquista no tocante democracia e liberdade de imprensa, não confundindo liberdade com libertinagem. Então, é fundamental, e isso só vai acontecer formando cultura, feita por meio do debate, con-

fronto de ideias e na ciência.

F: Qual o papel das demais Instituições nesse cenário?

ZS: Cada um deverá cumprir o seu papel, não somente as instituições, mas a sociedade. Tenho procurado fazer essa reflexão no mandato; parece que é um jargão falar “Não pergunte o que o seu país vai fazer por você, mas o que você pode fazer para o seu país”, para manter as conquistas e os avanços na democracia, na comunicação, nos valores humanos. Tenho certeza que o Congresso está cumprindo o seu papel, e a tendên-

cia é se fortalecer ainda mais. Tenho certeza que precisa se reinventar, com novo regimento e nova lógica em relação a questões de recursos no Brasil. Nas democracias mais antigas, é o parlamento que decide onde os recursos serão aplicados, não é dos gabinetes dos ministros, autarquias estaduais e federais ou do gabinete do presidente da república que eles vão saber as demandas legítimas da população, dos pequenos municípios e nos grotões. Para mim, o Congresso precisa avançar nesse tocante e essa será uma grande luta que continuarei travando.

No Brasil, a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, absorvendo 40% da população economicamente ativa do País

O Executivo precisa se reinventar. Atualmente, todo arcabouço legal das leis, estatuto do funcionalismo, é do pós-governo militar, mais de 30 anos atrás. Na época, não tinha a tecnologia moderna como está hoje, então precisa de um novo desenho do serviço público brasileiro, valorização do servidor, cobrando por pro-

dutividade, mas principalmente entrega de serviço de qualidade para a sociedade e respeitar o parlamento.

O Judiciário, sem abuso de autoridade, deve cumprir o seu papel, respeitando a Constituição e o cumprimento das leis. Assim, a democracia se fortalece.

O cidadão precisa cobrar o seu representante, mas fazer a sua parte também. ■

Para ler e refletir: Thomas Piketty e o segredo dos ricos e Sapiens – Uma breve história da Humanidade

Em meio à pandemia que parou o mundo, àqueles que se viram isolados, com toda certeza, não faltaram indicações de livros, filmes, séries e outras atividades para melhor lidar com o tempo. Ainda assim, não poderíamos deixar de contribuir com duas sugestões que, ainda que a lista de leituras esteja enorme, vale a pena incluí-las e garantir uma parte do seu tempo livre a elas.

Estamos todas e todos, sem exceção, ainda buscando entender esse momento em que a humanidade se encontra. Economias e democracias sólidas balançam em incertezas e desaceleram, seguidas pelo fantasma da recessão e de ideias que se acreditava terem ficado para trás, em um passado sombrio do mundo. A desigualdade social já dá indícios de piora. Os caminhos do capital já não parecem tão promissores ou imutáveis.

Na tentativa de melhor compreender todas essas questões indicamos dois livros: Thomas Piketty e o segredo dos Ricos e Sapiens – Uma breve história da Humanidade.

Thomas Piketty é um economista francês que entrou em evidência em 2013, com a publicação do livro “O capital no século XXI”, resultado de 20 anos de estudos e pesquisas incansáveis sobre questões distributivas de renda e história econômica. O livro

gerou uma imensa mobilização, pois, ao contrário do que indica o pensamento dominante no campo da Economia, Piketty indica que a história da distribuição de renda se relaciona mais a questões políticas do que econômicas. Desta forma, o autor levantou uma nova perspectiva sobre os mecanismos do capitalismo contemporâneo e os impactos da enorme concentração de renda em todas as esferas sociais: econômica, política, social e ambiental.

A fim de debater esse novo olhar, o livro “Thomas Piketty e o segredo dos ricos”, organizado pelo



Capa do livro Thomas Piketty e o segredo dos ricos, publicada por Lemonde Diplomatique

Estamos todas e todos, sem exceção, buscando entender esse momento em que a humanidade se encontra

jornal Le Monde Diplomatique Brasil, reúne uma série de artigos de Piketty e de outros autores contemporâneos, como Fátima Gondim, Kostas Verdopoulos, Ladislav Doubor, Luiz Gonzaga Belluzo, entre outros. Temas como a crise financeira de 2008, a perigosa relação entre os poderes políticos e econômicos, impostos e concentração de grandes fortunas são apenas alguns dos temas tratados pelos autores.

O livro contribui para uma reflexão crítica sobre as possíveis consequências econômicas decorrentes da pandemia de covid-19 e seus impactos nas demais esferas sociais, mas também pode ajudar a pensar em caminhos que levem as sociedades a desfechos mais otimistas.

Sapien – Uma breve história da Humanidade, escrito por Yuval Harari, professor de história israelense, já foi traduzido a mais de 50 idiomas e alcançou milhares de pessoas em todo o mundo.

O livro traça um longo histórico sobre o desenvolvimento da humanidade e tenta responder aos questionamentos sobre como o homo sapiens alcançou as suas condições atuais, se ele se tornou mais feliz ao longo do tempo, o que se pode esperar para o futuro da espécie e quais

a relações com a biologia. Qual seria a direção da história? O que nos torna humanos?

Em meados de 2020, o autor deu entrevistas a diferentes veículos de imprensa e instituições sobre o coronavírus e destacou a importância da solidariedade no combate à pandemia e de jogar luz aos mecanismos de controle e vigilância que têm sido adotados nesse processo, para que não sejam utilizados de forma contínua e indevidamente no futuro. No livro, o autor também analisa as mudanças culturais que transformaram drasticamente a vida das populações humanas.

Da revolução cognitiva à agrícola e então à científica, Yuval vai dissecando a história da humanidade a fim de tentar compreender, entre outros aspectos, qual é o futuro dela. Além disso, o livro oferece um conhecimento vasto sobre história da ciência, da política e da economia.

No livro o autor afirma que “O Homo sapiens domina o mundo porque é o único animal que pode acreditar em coisas que existem apenas em sua própria imaginação, como deuses, Estados, dinheiro e direitos humanos”. É a partir dessa ideia, que o autor constrói sua narrativa e envolve os leitores em um conhecimento profundo, por meio de uma linguagem clara e

atual.

Com Piketty e Yuval Harari será possível debruçar sobre o mundo um novo olhar, pensar e imaginar o futuro sobre diferentes perspectivas, construir hoje o que dará base para o amanhã desejado. Fica aqui o convite para essas duas leituras e a reflexão: que mundo você gostaria de construir? Por quais caminhos? ■

BEST-SELLER INTERNACIONAL

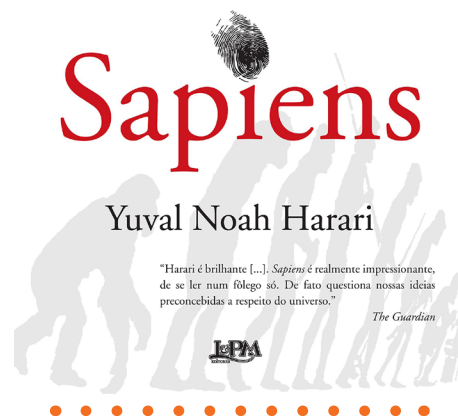
Uma breve história da humanidade

Sapiens

Yuval Noah Harari

“Harari é brilhante [...]. Sapiens é realmente impressionante, de se ler num fôlego só. De fato questiona nossas ideias preconcebidas a respeito do universo.”

The Guardian



Capa do livro Sapiens
– uma breve história
da Humanidade
publicada pela
Editora L&PM

Podem coexistir candidaturas avulsas, grupos suprapartidários e partidos políticos no Brasil?

A população brasileira vê com desconfiança a atuação de partidos políticos. Mas as alternativas a eles são possíveis no ordenamento jurídico do país?

O fenômeno das “Jornadas de Junho” completou sete anos em 2020 e o saldo para a política brasileira ainda não pôde ser contabilizado por completo. De acordo com pesquisas de opinião da época, a insatisfação popular foi canalizada para todas as instituições públicas, sobretudo os partidos políticos.

Uma das cenas marcantes desse período foi em São Paulo, no quinto ato organizado contra o aumento da passagem de ônibus, quando manifestantes queimaram bandeiras de partidos políticos enquanto outros bradavam “o povo unido não precisa de partido”. A hostilidade à símbolos partidários foi um dos marcos das manifestações populares em 2013, resultando, inclusive, em confrontos entre manifestantes.

A julgar pelas palavras de ordem das ruas, pelos cartazes empenhados por manifestantes e pelas hashtags publicadas, os motivos para tamanha des-

confiança eram muitos, mas foi o combate à corrupção quem ganhou protagonismo. De acordo com pesquisa da organização Transparência Internacional, 81% dos brasileiros acreditavam à época que os partidos eram corruptos. Abaixo deles vinha o Congresso Nacional, tido por 72% dos entrevistados como a segunda instituição mais corrupta do país.

Dali em diante, o cenário tampouco melhoraria.

Alavancada pelas intensas manifestações, a agenda anticorrupção parecia ganhar força conforme avançavam sobre o meio político as fases da Operação Lava Jato. Em 2018, sete em cada dez brasileiros disseram não confiar nos partidos políticos, segundo o Datafolha. No ano seguinte, apenas 4% dos entrevistados afirmaram “confiar muito” nos partidos, frente a 94% de baixa ou nenhuma confiança.

Em artigo publicado na revista “Interesse Nacional”,

Manifestantes invadem o congresso nacional. 17 de junho de 2013.



Foto Reprodução.

edição nº 40, o cientista político Michael Freitas Mohallem, professor da FGV Direito Rio, afirma que os partidos tradicionais tiveram dificuldade de entender as expectativas populares e de se adaptar a elas. “Entre partidos médios e grandes, não houve sinais de significativa renovação de candidaturas para as principais posições em disputa. Em relação aos processos de eleição das direções partidárias, ao contrário de promoverem nomes com forte imagem de integridade, os partidos tiveram dificuldade de lidar com o avanço das investigações sobre suas mais caras lideranças”, diz.

No entanto, o clima de animosidade e desconfiança em torno da classe política tradicional parece não ter afetado a vontade de participação política. Pelo contrário. Sob o mote do combate à corrupção e da oxigenação do fazer político, o que se viu nas eleições legislativas de 2018 foi o surgimento de grupos e movimentos suprapartidários que propunham uma “faxina” entre os políticos, buscando renovar os quadros, as práticas, os discursos e as pautas eleitorais.

A prova disso foram os resultados do pleito para o Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, 243 “novatos” na política foram eleitos, obtendo 47,3% de renovação na casa – maior índice desde a redemocratização. No Senado, o número foi ainda maior: 85%.

De acordo com Mohallem, a resposta de muitos partidos foi a mudança do nome da sigla. “É um movimento de reconhecimento das suas dificuldades e estigmas negativos”, afirma o professor no artigo citado anteriormente.

No entanto, por maior que seja a estigmatização sobre os partidos, é por meio deles que a política institucional acontece no Brasil. Porta de entrada para a vida política, os partidos são, segundo a própria Constituição Federal, os grupos com legitimidade para participar de instâncias decisórias.

O que se viu nas eleições de 2018 foi, nas palavras de Mohallem, a utilização do “modelo de ‘partido instrumental’”: buscando oxigenar a política, integrantes de grupos suprapartidários se filiam pela mera obrigação de estarem formalmente ligados a um partido político para disputarem uma eleição. Porém, a identificação – tanto do eleitor quanto do candidato – é com o grupo ou movimento que o alçou àquele posto.

Por meio de estratégias de mobilização online, como campanhas e petições, e de uma comunicação que aproxima e simplifica assuntos sobre o sistema político, grupos suprapartidários facilitam a identificação de potenciais eleitores com as pautas defendidas por esses movimentos, organizados em temas como transparência, accountability e sustentabilidade. O uso de plataformas que busquem garantir a participação ou a comunicação de integrantes do grupo em tomadas de decisão, por exemplo, ajudam a reforçar a sensação de pertencimento. Mas o objetivo final dessas agremiações é ocupar com novos quadros a política brasileira – ponto crucial que diferencia esses grupos e movimentos de organizações da sociedade civil que fazem advocacy no Congresso.

No entanto, há uma contradição a ser enfrentada. Não raro o debate sobre a fragmentação partidária no Brasil vem à tona, uma vez que o país possui atualmente 33 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e 30 deles contam com representação na Câmara dos Deputados – sem contar os quase 80 partidos em formação, de acordo com o TSE. A propagação de grupos suprapartidários, divididos em temas específicos, e a filiação de determinados integrantes para a disputa eleitoral podem mesmo renovar a política brasileira ou apenas contribuir para um cenário ainda maior de fragmentação política, uma vez que a identificação com um partido muitas vezes não acontece?

A mesma reflexão vale para candidaturas avulsas, mantidas via financiamento coletivo. A discussão está pendente de resolução no STF, mas há argumentos fortes contrários à liberação de candidaturas sem vínculo partidário. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo, redigiu um documento à época da discussão no Supremo no qual afirmava que o modelo de candidaturas avulsas não é compatível com arcabouço normativo do país. “Desse modo, é inviável considerar que as candidaturas avulsas são opção compatível com a atual ordem jurídica pátria, dada a inserção imperfeita desse modelo em nosso sistema eleitoral. Até mesmo para aqueles que aderem a um paradigma consequencialista, faz-se mister levar a sério o sistema eleitoral, sem subestimar as opções históricas legítimas que foram feitas”, diz a OAB no pedido de habilitação para atuar como amigo da corte no julgamento no STF que discute o tema.

Há também outra questão, de matiz ética: até que ponto os partidos podem servir como mero trampolim político, alcançando à carreira política -- que deve ser construída objetivando o bem público e o fortalecimento da democracia -- integrantes de grupos com

interesses muitas vezes não claros, financiados por instituições ou pessoas físicas não declaradas? Em outras palavras, estarão, mesmo, os grupos suprapartidários “renovando” a política brasileira ou apenas driblando as rígidas regras que regulam o funcionamento de partidos brasileiros, aproveitando da estrutura partidária para alavancar agendas próprias, muitas vezes apoiadas por financiadores não declarados?

“Os ecos de velhos diagnósticos atestando a inviabilidade do governo representativo no Brasil são patentes. Volta-se à teoria da modernização, ainda que de forma diluída e adornada com novos termos mais condizentes com modismos recentes para amparar velhas teses moralistas e elitistas”, afirma o cientista político e professor da USP Fernando Limongi em artigo publicado em 2017 na Revista Novos Estudos, do Cebrap.

Os partidos políticos são essenciais para qualquer democracia, sobretudo para a brasileira, refém por 21 anos de uma ditadura que sufocou a livre organização e manifestação de pensamento. Como bem pontuaram os cientistas políticos Gabriel A. Almond e Jr. G. Bingham Powell, os partidos “globalizam as demandas particulares”, transformando

demandas específicas em pautas políticas. Nas palavras do cientista político Norberto Bobbio, os partidos têm duas funções claras: transmitir “o que nos livros de sociologia e de política se chama de ‘questionamento político’ da sociedade” e garantir que “as massas participem no processo de formação das decisões políticas”.

E há, ainda, um elemento fundamental inerente aos partidos políticos na atualidade, sobretudo em um contexto marcado pelo intenso fluxo de informações -- e desinformações. Os partidos são estruturados em torno de programas e ideias robustas. Nesse sentido, eles podem ajudar a organizar as demandas da sociedade e a disputa pelo poder, politizando o debate público. Muitos dos grupos suprapartidários e propostas de candidaturas avulsas vêm, como já mencionado anteriormente, de um cenário de fragmentação e de desconfiança com o sistema político como um todo, atravessados por demandas muitas vezes fluidas, passageiras, pontuais.

Por representarem agendas muito amplas e, muitas vezes, vagas, esses grupos terão pouca capacidade de intervir de fato na transformação política esperada, expressando, no fim, a anarquia desorganizada de uma socie-



dade marcada pela fragmentação política.

É evidente que a estrutura dos partidos precisa ser aprimorada, buscando inspiração nas reinvindicações sociais por mais transparência e democratização das dinâmicas partidárias, abrindo mais espaço para participação de seus filiados e possibilitando a renovação dentro do partido, seguindo as regras que normatizam o funcionamento dessas instituições. No entanto, é fundamental considerar as regras do sistema eleitoral, respeitando o papel fundamental e constitucional dos partidos na representação política brasileira.

“Ao invés de uma mutação constitucional no sentido do enfraquecimento dos partidos, o que se tem na prática é o gradual reforço da democracia partidária, como demonstram o importante papel das lideranças partidárias e a consolidação do instituto da fidelidade partidária. Autorizar candidaturas avulsas em nosso ordenamento jurídico, quando a disciplina eleitoral está evidentemente construída para um sistema estritamente partidário, é medida sem cabimento, apenas viabilizada por eventual reforma constitucional”, conclui o Conselho Federal da OAB no documento endereçado ao STF.

O Instituto Datafolha mostrou em pesquisa recente que a democracia é considerada a melhor forma de governo para 75% dos brasileiros, índice recorde da série histórica. Uma democracia precisa de partidos fortes que, por sua vez, precisam funcionar sob regras rígidas e claras, garantindo ao eleitor e à sociedade como um todo a construção de um país forjado em agendas consistentes e construídas coletivamente.

Grupos e cidadãos com boas intenções e propostas são mais do que bem-vindos na construção dessas pautas. Mas a disputa política-eleitoral, com fiscalização clara e regras rígidas, válidas para todos, deve acontecer como estabelece a Constituição Federal: dentro dos partidos políticos.

Kelps Lima, deputado estadual pelo Solidariedade-RN, é um ponto fora da curva dentro do cenário político. Ao contrário de grande parte de seus pares, o parlamentar é favorável às candidaturas avulsas e destaca que elas podem ter um papel importante na renovação da estrutura dos partidos políticos. “Sou defensor de candidaturas avulsas, mas todo o processo eleitoral precisa ser modificado. Hoje as vagas são preenchidas

pelo quociente eleitoral e um candidato sozinho raramente consegue fazê-lo. O desafio é encontrar a fórmula que resolva essa questão. Mas acho que isso daria uma pressão maior para os partidos tratarem melhor seus filiados”, afirma.

O deputado, no entanto, faz ressalvas quanto à existência das candidaturas avulsas e reforça que elas têm sentido na medida em que podem fortalecer as legendas. “A minha única preocupação com as candidaturas avulsas é de se criar um ambiente mais individualista e apelativo na política. A Lei dos Partidos Políticos precisa ser revista, com maior espaço para democracia interna. Os partidos têm a vantagem de obrigar os diferentes a dialogarem.”, destaca o parlamentar. ■



Não há economia em um planeta devastado: o que a pandemia tem a nos ensinar sobre a crise ambiental e econômica

A pandemia abalou as estruturas econômicas do planeta e, aquilo que parecia ser impossível, foi feito: o mundo parou, e com isso reduzimos as emissões de gases de efeito estufa. Para além de toda a crise, o que podemos e devemos tirar desse momento?

No início de 2020, cientistas soaram um alarme: a humanidade pode chegar em um ponto de não retorno caso as condições de produção e consumo se mantenham nos mesmos patamares. Em outras palavras, se as superpotências econômicas mundiais, principalmente, mantiverem seus níveis de emissão de carbono, acúmulo de lixo, poluição dos mares, terra e ar, o planeta entrará em colapso sem chance de reversão.

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicado em novembro de 2019, alertou para a necessidade de reduzir, no período de dez anos a contar de 2020, em 7,6% o índice de emissão de gases de efeito

estufa. Sem essa redução, a temperatura do planeta pode aumentar 3,2°C, o dobro do limite estabelecido pelo acordo de Paris em 2015, que apontou os esforços necessários para que o aquecimento se limitasse a 1,5°C.

O aumento da temperatura num período menor do que o suficiente para que o planeta se adapte pode resultar em uma catástrofe. Extinção de espécies animais e vegetais, assim como a destruição de ecossistemas completos, elevação do nível do mar e intensificação de fenômenos meteorológicos (tempestades severas, inundações, vendavais, ondas de calor, secas prolongadas), crise hídrica devido à falta de água potável, aumento da fome e da pobreza, surgimento de novas

doenças e epidemias decorrentes da perda dos habitats naturais de espécies silvestres e derretimento das geleiras, que armazenam vírus e bactérias adormecidos. Esses são alguns dos impactos que poderão se intensificar caso a temperatura continue subindo em ritmo acelerado. Além disso, já podemos observar intensificação nos processos migratórios decorrentes da impossibilidade de sobrevivência em determinadas regiões, crise econômica, desemprego, perda de safras e consequentemente de abastecimento, redução da produtividade.

Um estudo realizado por pesquisadores do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, em 2015,



já demonstrava que as ações humanas são responsáveis por essa aceleração na mudança da temperatura. O processo que se aprofundou nos séculos XVIII e XIX com a Revolução Industrial, que inseriu na dinâmica social o uso de máquinas e novas tecnologias, permitiu uma alteração do meio ambiente ainda não vista na história. De lá para cá, a humanidade esteve pautada pela concepção de que entre o homem e a natureza só é possível e necessária uma relação de predação, de competição, de que o primeiro, já distante de sua qualidade animal, precisa possuir e alterar indefinidamente o segundo para construir a sua própria história. O tempo, no entanto, tem nos mostrado que é preciso parar e seguir para um novo caminho.

Para Leonardo Boff, teólogo, escritor e filósofo brasileiro, conforme aponta no livro “Sustentabilidade: o que é – o que não é”, o antropocentrismo, concepção na qual o ser humano é visto como central na relação com os

outros seres vivos, os quais existem para servi-lo, “é uma posição de arrogância que foi, fortemente, legitimada por um tipo de leitura do Gênesis bíblico que diz: “crescei e multiplicai-vos, dominai a terra, os peixes do mar, as aves do céu e tudo o que vive e se move na Terra””.

Para o autor, é necessário romper com essa ideia muito presente nas sociedades ocidentais de que o homem tem o direito de explorar o planeta como desejar e que isso só resultará em avanços. Não há relação de servidão, aponta, mas uma troca mútua e cooperativa entre os seres vivos.

A ideia de que o ser humano estaria no centro do mundo, dissociado da natureza, somado à percepção de que as florestas preservadas são na realidade espaços improdutivos, de exploração em potencial, sem utilidade aparente, fizeram-se presentes com força ao longo do tempo e são usadas até hoje para justificar, por exemplo, o

desmatamento desenfreado. A natureza era vista como uma fonte inesgotável de recursos, pensamento que perdurou intocável até a década de 1970.

A realização da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada pela ONU em Estocolmo em 1972, consolidou o pensamento de que a melhoria das condições ambientais está diretamente associada à manutenção da vida no planeta, e é nesse período que a ideia de que é preciso conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental começa a ser traçada.

De lá para cá, diversas agendas internacionais foram implantadas na tentativa de reverter o cenário. A ECO-92, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença de representantes de 172 e centenas de organizações ambientais, o que resultou na assinatura de cinco acordos

Março de 2020 – Mais um recorde de desmatamento na Amazônia nos 3 primeiros meses de 2020, são novos dados do Inpe.



importantes: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; a Convenção da Biodiversidade; e a Convenção do Clima.

Após 10 anos, em 2002, aconteceu a Rio+10 em Johannesburg, África do Sul. O evento foi pensado para avaliar os resultados das ações propostas na conferência anterior. O resultado foi desanimador. O evento ficou marcado por críticas referentes à inércia de governanças de todo o mundo para concretizar os acordos firmados. Muito pouco havia sido realizado.

Na conferência de 2012, a Rio+20, novamente realizada no Rio de Janeiro, deu-se início à construção coletiva de um plano de ação para todos os Estados-membros. Esse trabalho resultou na consolidação na Agenda 2030, divulgado em 2015.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável consolidou novos caminhos a serem alcançados até 2030. Alguns deles já previstos para este ano. A agenda tem como base 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se desdobram em 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos países participantes.

2020 foi apontado como um ano crucial, mas, se não fosse a pandemia de covid-19, que obrigou o mundo a parar e com isso reduziu a emissão dos gases de efeito estufa, teríamos passado longe do alcance das metas. Ao caso brasileiro, no entanto, se acrescenta uma camada de complexidade,

pois além de lidar com as consequências da pandemia, o país precisa refletir sobre o fato de, nos últimos anos, ter passado de referência no debate ambiental para alvo de escárnio.

Para Mônica Pilz Borba, diretora do Instituto 5 Elementos Educação para a Sustentabilidade, o Brasil já esteve à frente do debate ambiental, pois foi capaz de transformar as experiências vivenciadas nas conferências em ações concretas, e com isso produzir mudanças significativas na aplicação de novos modelos de políticas biossociais, no que tange, por exemplo, à preservação de florestas e à definição de diretrizes específicas e ações claras de contingência para a proteção de diferentes ecossistemas.

“Para o Brasil, a ECO 92 e a Rio+20, ocorridas no país, foram importantíssimas para fortalecer as políticas ambientais, pois contribuíram para que o tema fosse debatido de forma aprofundada no país, resultando na elaboração de políticas biossociais estruturadas e alinhadas com as diretrizes internacionais”, destaca. “As conferências de fato motivaram uma mudança de mentalidade quanto à forma de gerir a questão ambiental no Brasil”, complementa.

O reflexo da mudança de mentalidade pôde ser observado, por exemplo, nos resultados obtidos com a implantação de políticas de combate ao desmatamento e das queimadas. “A gente conseguiu de fato reduzir o desmatamento na Amazônia e as queimadas, por exemplo. Foram avanços alinhados às novas tecnologias, às mudanças na atuação do IBAMA. Toda discussão e revisão do código flo-

É com pesar que hoje vemos o Brasil, que foi visto como referência por quase 20 anos por ter implementado políticas socioambientais importantes, passar de exemplo à vergonha mundial

restal, ao qual foi incluído a exigência da efetivação do cadastro ambiental rural, foi impulsivada por essas conferências”, aponta Borba. “É com pesar que hoje vemos o Brasil, que foi visto como referência por quase 20 anos por ter implementado políticas socioambientais importantes, passar de exemplo à vergonha mundial”, ressalta.

A ideia de que a natureza é um empecilho para o crescimento econômico, mesmo contrária à todas as evidências, parece ter ganhado novas forças no governo federal. O que deixa ainda mais clara a demagogia presente nos discursos pró-economia, que em nada se alinham às perspectivas econômicas da atualidade.

O Relatório Global de Riscos de 2020, produzido por especialistas e consultores ligados ao Fórum Econômico Mundial, cuja última edição aconteceu em janeiro deste ano, aponta os riscos globais para a economia em nível macro e indica as

principais ameaças que podem alterar e perturbar o mundo. Dentre os 10 riscos indicados, 5 relacionam-se às questões ambientais. São eles: climas extremos devido à intensificação do aquecimento global, deficiência nas respostas climáticas, desastres naturais, perda da biodiversidade e desastres ambientais causados pelo homem.

Foi a primeira vez desde a criação do Fórum, ocorrida em 1971, que os problemas ambientais estiveram entre as principais preocupações dos CEOs de grandes empresas e líderes das maiores economias mundiais. A ideia de que as mudanças climáticas irão gerar impactos econômicos negativos marcou o evento, mas a presença das lideranças brasileiras parece não ter percebido esse detalhe.

A reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020, cujo conteúdo foi divulgado em maio, mostrou a distância entre o que as pesquisas

na área ambiental indicam e a perspectiva do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Para ele seria preciso aproveitar a pandemia para “passar a boiada”, referindo-se à propostas de flexibilização de regras de proteção ambiental.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no Brasil, 58% das emissões de gases de efeito estufa são provenientes de queimadas e desmatamentos. No mês de dezembro de 2019, o desmatamento da Amazônia cresceu 183% em relação ao mesmo período de 2018, alcançando um pico histórico.

No mesmo período, no final de 2019, milhares de quilômetros do litoral brasileiro foram atingidos por petróleo. A demora na ação por parte do governo federal, que não acionou o Plano Nacional de Contingência de Incidentes com Óleo (PNC), e

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles recebem cumprimentos de turistas na entrada do Palácio da Alvorada



cuja inércia do ministro Ricardo Salles, que fez o primeiro pronunciamento um mês após os primeiros sinais do óleo, resultaram na maior tragédia ambiental por derramamento de petróleo do país.

Só nesse pouco tempo, o Brasil mandou para o lixo, sem atenção ao descarte, duas metas importantíssimas previstas para 2020: “conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, com base na melhor informação científica disponível” e “promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.”

Mônica relembra a passagem de Ricardo Salles pela pasta do Meio Ambiente no Governo Estadual de São Paulo, que resultou em uma condenação por improbidade administrativa por ter fraudado o processo do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tiête e destaca que é incompreensível a presença dele em um cargo de tamanha magnitude. “Ele não deveria ocupar um cargo com essa responsabilidade. O que vemos hoje é que temos pessoas desinformadas e desatualizadas que estão ocupando cargos estratégicos, com discursos que reproduzem uma lógica de dominação sobre a natureza que não cabe mais”, disse.

“A humanidade não está aqui para dominar a natureza, ela está aqui para cooperar com o meio ambiente. A frase “passar a boiada” demonstra esse equívoco conceitual do ministro”, complementa a ambientalista.

Todas as pesquisas demonstram que, mais do que nunca, é preciso colocar em prática as ações pensadas ao longo dos últimos 50 anos. O Brasil, dado o seu porte territorial e riquezas naturais, tem um

papel crucial nesse cenário e suas ações podem representar o fracasso ou êxito dessa jornada.

Se as concepções econômicas anteriores indicavam que não seria possível parar e que qualquer redução ou alterações nos ritmos de produção e consumo poderiam resultar em um colapso, a pandemia de covid-19, visto por muitos já como um indício do que virá pela frente caso as mudanças climáticas se intensifiquem, nos mostrou que não existe essa dualidade “economia x natureza”. Os processos se interligam e se alimentam.

“Uma série de estudos já indicam a ocorrência do vírus Sars-CoV-2 em uma espécie de morcego que teve reduzido o seu habitat natural. A devastação dos ecossistemas se volta contra aquilo que o oprime. Estamos num momento de mudança de paradigma para transformar uma consciência de dominação para a de cooperação”, aponta Mônica Borba.

Os grandes nomes da economia perceberam finalmente que é preciso pensar em uma nova forma de desenvolvimento econômico, caso contrário, a falta de vida e recursos não nos permitirá produzir mais nada.

É chegado o momento de fazermos as pazes com o nosso lado animal e compreender de uma vez por todas de que a única relação possível é a de cooperação. A competição têm levado a humanidade à ruína. ■



A morte como política: o conceito de Necropolítica de Achille Mbembe

Elaborado pelo filósofo e teórico político camaronês Achille Mbembe, o conceito de necropolítica ganhou destaque no país com as análises sobre as mobilizações contra o racismo e violência policial que impactaram o mundo em junho de 2020.

O assassinato brutal de George Floyd, 46, um homem negro, por um policial branco, em maio de 2020, mobilizou manifestações contra o racismo e a violência policial no mundo todo. No Brasil, os índices crescentes de letalidade policial nas periferias das cidades escancararam a desigualdade social e desmistificam a ideia de democracia racial no país. Somam à lista de mortos crianças e adolescentes como João Pedro, 14, morto dentro de sua casa com um tiro de fuzil nas costas disparado pela polícia.

Segundo o Atlas da Violência

publicado em 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil em 2017 eram negras. No período de dez anos, de 2007 a 2017, a taxa de homicídio de homens negros cresceu 33,1% e das mulheres negras, 29,9%, enquanto que o homicídio de não negros cresceu 3,3% e 4,5%, respectivamente. Os dados indicam que se mata muito no Brasil, mas principalmente a população negra.

Somente no mês de abril de 2020 a letalidade policial aumentou 53%, quando comparado ao mesmo período de 2019, aponta também a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Uma

pesquisa elaborada pelo Jornal The Guardian destaca que em 2019 a polícia norte americana matou 1093 civis. No Brasil o número de vítimas é 5 vezes maior: 5084 mortes.

Na busca por compreender essa realidade, fugir de simplificações e pré-conceitos que relacionam a população negra aos maiores índices de violência e construir políticas públicas que atendam a essa demanda, o conceito de necropolítica tem sido utilizado para explicar a lógica por trás dessa trágica realidade.

A necropolítica é passível de análise quando se observa que uma

PM de São Paulo imobiliza homem negro que participava de manifestação contra a morte de um jovem da comunidade do Moinho.



determinada conduta ocorre de maneira corriqueira em um espaço, mas não em outro. Tomando como exemplo a situação mencionada no início do texto, em que um adolescente negro é assassinado pela polícia que o deveria proteger dentro de sua própria casa, vemos que ações realizadas contra determinada parcela da população e em espaços determinados, como no caso das periferias, não acontece numa área de classe média, com a maioria da população branca. É sabido, como destacou o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo em 2017, recém empossado comandante da Rota, a tropa de elite da PM (Polícia Militar) de São Paulo, que as abordagens policiais ocorrem de maneira diferente a depender da região em que a força policial esteja atuando.

Essas diferenças de abordagens e condutas, bem como as consequências decorrentes delas, como pode-se observar a partir dos dados indicados acima, resultam de uma perspectiva de que o Estado define quem morre e quem vive. Em uma sociedade estruturalmente racista, é possível compreender qual a parcela da população que pode ser descartada para manter uma determinada ordem ou estrutura.

É possível observar que algumas regiões são marcadas permanentemente pelo risco da morte e sob o qual se exerce controle total. Apesar do exemplo utilizado se voltar para a área da segurança pública, o conceito não se encerra aí, sendo possível utilizá-lo para analisar outras áreas. No caso do abastecimento de água, por exemplo, podemos pensar de que maneira o Estado distribui os recursos hídricos entre a população. Quem são os primeiros a ficar sem água? Quem são aqueles autorizados a morrer?

Achille Mbembe é professor de história e ciência política da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, e na Duke University, nos EUA. Tem como foco de seus estudos temas como escravidão e descolonização. O conceito de necropolítica, de maneira geral, refere-se à morte como política, ou seja, pensa os mecanismos e estruturas de políticas estatais que

autorizam a morte de determinado grupo de pessoas.

Apesar de já existirem termos parecidos anteriores, Mbembe foi o primeiro a pensar e elaborar conceitualmente a relação entre o poder e a morte de forma mais aprofundada. O filósofo traz para a cena contemporânea a reflexão sobre os modos pelos quais o Estado se apropria da morte como um elemento de gestão, ou seja, para além de estabelecer como devemos viver e nos comportar, ele define como devemos morrer e o que deve ocorrer com esses corpos.

O filósofo africano considera que a escravidão foi uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica, conceito do filósofo Michel Foucault, uma das bases conceituais do autor; desta forma, não é possível fazer um relato sobre o surgimento do terror no Estado moderno sem retratá-la.

Os fundamentos básicos do pensamento de Achille Mbembe encontram-se nos estudos de dois autores: Frantz Fanon, um psiquiatra, filósofo e ensaísta francês da Martinica, de ascendência francesa e africana, e Michel Foucault, filósofo e teórico social francês. Do primeiro, Mbembe utiliza as concepções sobre os impactos da colonização nas populações negras e as construções que deram espaço ao que hoje se concebe como branco e negro. Do segundo, Achille, subverte o conceito de biopoder, relacionado ao poder que se exerce sobre o corpo e a vida do outro, determinando quem vive e quem morre, e considera que o Estado exerce principalmente o poder de fazer morrer e aplica essa lógica para manter determinada parcela da população sob controle.

Para Mbembe, cujo foco de análise recai sobre as populações colonizadas do continente africano, a gestão da morte como política de Estado já estava presente nas colônias, e as práticas de controle pela morte se fazem presentes até hoje em territórios colonizados, como é o caso do Brasil, que foram sub-

jugados pelos seus colonizadores. A história do país, calcada na escravidão, perpetuou essa lógica da necropolítica e a sua aplicação pode ser facilmente observada hoje, principalmente nas políticas de segurança pública implantadas em alguns estados brasileiros, mas não somente.

O autor não aborda especificamente a situação brasileira ou da escravidão moderna, no entanto, o conceito tem sido utilizado para analisar as dinâmicas

sociais no Brasil, principalmente as relacionadas com questões de raça e classe, por se considerar que sejam indissociáveis da história escravocrata do país, fortemente marcada por estratégias de morte como controle.

Se pegarmos o exemplo da política de segurança pública implantada no Rio de Janeiro a partir de 2019, podemos ter uma visão mais clara do que o uso do conceito para analisar a contemporaneidade pretende elucidar. Consi-

deremos aqui a catastrófica ação da Polícia Civil na cidade de Angra dos Reis, que acertou 10 tiros em menos de um segundo em uma tenda de oração.

Nas palavras do Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, em entrevista concedida ao jornal O Globo no início de 2019, a ação se tratou de “uma operação da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) para ‘dar fim à bandidagem’”. A ideia para essa e outras ações partiu da premissa

A gestão da morte como política de Estado já estava presente nas colônias, e as práticas de controle pela morte se fazem presentes até hoje em territórios colonizados, como é o caso do Brasil

de que é razoável correr o risco de matar inocentes para “identificar” e atirar em outras supostamente criminosas.

Considera-se também que seria ainda razoável atirar em civis que moram em uma determinada região de um helicóptero, para combater a criminalidade. Os relatos de professores e estudantes cujas aulas foram interrompidas por tiros, de mães e pais que tiveram seus filhos e filhas, ainda crianças, assassinados pela mão

da Polícia Civil e Militar nos leva a questionar a efetividade dessas ações. Nas palavras de Achille Mbembe podemos perguntar: quem são as pessoas que o Estado definiu como matáveis?

Olhar para a sociedade brasileira sob a perspectiva da necropolítica, indicam pesquisadores, ajuda a compreender profundamente as estruturas que sustentam a desigualdade no país. Refletir a maneira pela qual um Estado atua dentro de uma lógica necropolí-

tica, contribui para a elaboração de políticas públicas que não estejam alinhadas com o pensamento perverso de que é necessário e possível matar determinada parcela da população para manter determinada ordem ou estrutura social.

Você já ouviu falar no conceito de necropolítica? Como acha que ele pode contribuir para pensar novos caminhos para o Brasil? Convidamos a todas e todos para essa reflexão. ■



A falta de saneamento básico no Brasil e a pandemia de covid-19

Uma das principais medidas de prevenção divulgada durante a pandemia de covid-19 foi a limpeza das mãos utilizando água limpa e sabão. Nos jornais, entrevistas com profissionais da saúde abordaram a melhor maneira de higienizar as mãos. Nas redes sociais, o compartilhamento de vídeos com instruções e explicações sobre como e porque higienizar as mãos se multiplicaram.

Lavar as mãos com água e sabão se tornou uma das armas oficiais contra o coronavírus. Contudo, em meio ao debate sobre a forma correta de higienização, um alarme soou vindo de diferentes comunidades, rurais e urbanas: não há água limpa para todos.

No Brasil, apesar do saneamento básico ser um direito assegurado pela Constituição e pela Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento, 35% da população brasileira ainda não têm acesso a água tratada, conforme apontam dados do Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento (SNIS) de 2018.

Além da falta de água potável, os dados do SNIS destacam que 47% da população brasileira mora em regiões sem coleta de esgoto regular. Afora não conseguirem se higienizar contra o coronavírus, a não-universalização de serviços de saneamento básico no país faz com que brasileiros e brasileiras, na tentativa de se protegerem, corram maiores riscos de se contaminar com outras doenças transmitidas pelo esgoto doméstico não tratado, que contamina solos, rios e córregos.

A pandemia de covid-19 escancarou a ineficiência do Brasil que, apesar de estar entre uma das 10 maiores economias do mundo, ainda não conseguiu prover à toda a sua população água potável e tratamento de esgoto. O impacto da pandemia de covid-19, somada a essa realidade, aprofundou o grau de vulnerabilidade de milhares de pessoas e tornou ainda mais alarmante os índices de desigualdade social no país.

Ao contrário dos discursos disseminados no início da pandemia, o Sars-Cov-2 não atingiu a todos democraticamente. Um estudo desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo e divulgado na Le Monde Diplomatique Brasil apontou que o índice de contaminação pelo coronavírus foi maior em regiões cujo acesso à água potável e esgoto tratado eram menores, como no caso do Amazonas e Ceará.

O estudo se baseou em uma série de pesquisas internacionais que indicaram a presença do vírus nas fezes humanas, mesmo em pessoas assintomáticas e já curadas. A falta de saneamento contribuiria com a disseminação da doença, dado que o esgoto não tratado retorna à natureza, contaminando fontes de recursos hídricos.

As doenças causadas pela falta de saneamento ampliam as chances de óbito das populações expostas a esgotos a céu aberto e à água não potável que venham a contrair covid-19. A pandemia, é necessário lembrar, não alterou os índices de saneamento básico, mas jogou luz à situação precária de mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras.

"O impacto é imensurável de tão negativo. A falta de saneamento deixa a população mais doente, aumenta os gastos com saúde, amplia a desigualdade social.", afirma o deputado Tiago Dimas

E os impactos não acabam por aí. A pedido do jornal a Folha de São Paulo em 2019, o Ministério da Saúde levantou dados sobre os gastos realizados pelo SUS nos últimos 5 anos com o tratamento de doenças relacionadas à falta de saneamento básico: no total, mais de um bilhão de reais foram gastos.

O investimento no tratamento de doenças facilmente evitáveis sobrecarrega o SUS e dificulta a ampliação e melhora da qualidade do serviço prestado. Todos perdem quando a universalização do saneamento não é pauta prioritária.

Para o deputado federal pelo Solidariedade Tocantins, Tiago Dimas, as consequências da falta de saneamento básico podem ser vistas também em outros setores como educação e no mercado de trabalho. "O impacto é imensurável de tão negativo. A falta de saneamento deixa a população mais doente, aumenta os gastos com saúde, amplia a desigualdade social. Há reflexo direto na educação, pois quem não tem saneamento em casa possui mais dificuldade para estudar, dificultando o aprendizado e até no mercado de trabalho, pois os trabalhadores e trabalhadoras que convivem com esse mal, obviamente, estão mais suscetíveis à doenças que complicam seu desempenho e aumenta o número de faltas", disse.

De acordo com um levantamento realizado pela Trata Brasil, crianças que vivem em regiões sem saneamento básico apresentam redução de 18% no índice de desempenho escolar, quando comparadas com crianças que vivem em áreas com saneamento. Além disso, o índice de reprovação de quem vive em locais com estruturas sanitárias adequadas é de 46,7% menor.

Apesar dos dados alarmantes e da falta de saneamento básico aprofundar os níveis de desigualdade social, os investimentos na área ao longo dos anos vêm caindo. Segundo o SNIS, de 2010 a 2017, a média de investimento caiu de R\$13 bilhões para R\$10 bilhões. Valores bem menores do que a média anual estimada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), para o período de 2014 a 2033, para universalizar o acesso aos quatro serviços de saneamento – a água potável, esgoto tratado, coleta de resíduos e drenagem – de R\$18 bilhões de reais ao ano.

"A maior dificuldade é que isso nunca foi prioridade do país. Temos um território imenso e levar o saneamento básico a todos é um trabalho difícil e requer investimentos grandes, com ações coordenadas. Essa falta de prioridade não deveria ocorrer, pois estudos indicam que a cada R\$ 1 investido em saneamento, se economiza R\$ 4. Em comunidades mais carentes, a economia poderia chegar a dez por um", destaca Tiago Dimas. "Está claro que o governo federal, historicamente, não conseguiu fazer a sua parte nessa questão", disse.

De acordo com a legislação, é dever de todo município elaborar um Plano Municipal de Saneamento Básico (PSMB). O plano precisa contemplar os quatro eixos: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas fluviais urbanas. ■



Pandemia de covid-19 reaquece o debate sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores expostos à uberização do trabalho

Durante a pandemia, aplicativos como IFood, Uber Eats e Rappi veem suas receitas aumentarem enquanto a arrecadação de entregadores diminui

A pandemia de covid-19 reavivou o debate sobre a precarização de trabalho a que os entregadores de aplicativos como UberEats, IFood e Rappi estão submetidos. Sem vínculo empregatício ou qualquer elemento que garanta algum direito trabalhista, os entregadores enfrentam jornadas exaustivas de trabalho com baixíssima remuneração sob a falsa aparência de empreendedorismo.

A promessa de que a tecnologia seria responsável por novas e melhores condições de trabalho, com redução de carga horária e maiores ganhos materiais não se consolidou para parcela significativa da população que hoje tem no trabalho mediado por esses aplicativos a única fonte de renda.

Um levantamento realizado em 2019 pelo Instituto Locomotiva já mostrava que mais de 5 milhões de brasileiros e brasileiras tiravam a sua renda mensal utilizando esses aplicativos. O avanço da pandemia e o aprofundamento da crise econômica, com os índices de desemprego em alta, ampliaram a quantidade de brasileiros e brasileiras no mercado informal.

2º Breque dos apps.

O termo uberização, baseada na gigante Uber, tem sido usado para classificar uma nova forma de organização do trabalho, marcada pela precarização, na qual as empresas se colocam apenas como fornecedoras da tecnologia de intermediação para prestação de serviço sem nenhuma responsabilidade trabalhista com os “usuários-parceiros”, que arcam com todos os custos da atividade.

Nessa nova organização, o salário passa a ser um custo variável, que só existe se de fato houver a realização de determinado trabalho. O trabalhador fica disponível por um tempo indeterminado, em algo chamado de jornada intermitente, para que consiga atender a demanda na hora que ela aparecer, caso contrário, ele não receberá. Se por algum motivo ele adoecer, não haverá nenhuma garantia de arrecadação ou direito que o resguarde.

Essa dinâmica tem se espalhado por outras áreas além da do transporte e entrega, como é o caso da Airbnb, que atua no campo hoteleiro. Devido aos baixos preços praticados e a pouca regulação que recai sobre essas novas empresas, os setores tradicionais das áreas impactadas por esses aplicativos tem passado por graves crises. Isso tem ampliando o número de desempregados e contribuído para a redução dos salários. Não à toa, o número de trabalhadores informais aumenta no país.

Esses modelos se consolidaram tendo como chamariz a ideia de “empreendedorismo de si mesmo”, no qual o profissional é o próprio chefe e tem autonomia para fazer o próprio horário e assim definir o quanto irá receber ao final do mês.

As empresas fornecem apenas a tecnologia para que as pessoas possam empreender. O lema “ganhe o quanto trabalhar”, que se fundamenta na concepção de meritocracia, se materializa no pagamento de 20% a 30% de toda a arrecadação do trabalhador para o aplicativo, sem que ele tenha qualquer direito assegurado, e jornadas de trabalho de 14h

“Esses profissionais trabalham mais de 12 horas por dia e raramente conseguem ganhar um salário mínimo”, salienta o deputado federal Paulinho da Força

diárias. “Os autônomos foram incentivados a arcar com seus próprios custos e riscos, mas esta pretensa “liberdade”, esta autogerência, sem horário certo pra começar e acabar, sem direitos, sem proteção social, é um risco social, um problema sério, inclusive de saúde dos trabalhadores”, destacou Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

O estudo “Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a covid-19”, realizado por pesquisadores da Unicamp, da Universidade Federal do Paraná e do Ministério Público do Trabalho, identificou que para 58,9% dos respondentes, os rendimentos durante a pandemia reduziram apesar da ampliação da jornada de trabalho.

Para o deputado federal e presidente do Solidarietà, Paulinho da Força, a relação que as empresas mantêm com os trabalhadores remonta ao período escravagista. “Essa relação de trabalho que os entregadores por aplicativo têm com as empresas é muito cruel. É escravagista. Esses profissionais trabalham mais de 12 horas por dia e raramente conseguem ganhar um salário mínimo. Ouço relatos de pessoas que conseguem 500 a 800 reais. As empresas alegam que não há vínculo empregatício, mas se aproveitam da força de trabalho desses trabalhadores para enriquecerem”, disse Paulinho da Força.

Com a quarentena, a percepção de que os entregadores exercem uma atividade essencial aumentou, pois foi justamente esse trabalho que permitiu que o isolamento em determinadas regiões pudesse ocorrer. Essa tomada de consciência, somada à insatisfação com a queda na arrecadação, indicam alguns pesquisadores, serviu como motivador para o “Breque dos Apps”.

No dia 1º de julho de 2020, os entregadores de aplicativos realizaram uma paralização que ficou conhecida como “Breque dos Apps”. O “fim dos bloqueios indevidos” foi uma das reivindicações da paralização. De acordo com a categoria, as empresas rastreiam os entregadores e bloqueiam o acesso ao aplicativo daqueles que participam de manifestação ou movimento político.

Para Torres, o bloqueio representa uma atitude autoritária e antidemocrática, pois restringe o

direito à manifestação garantido pela constituição. “Isto é uma absurda prática antissindical que já deveria ter sido banida do Brasil e do mundo todo. Todos têm direito de ter direitos, inclusive de se manifestarem, fazerem greve, paralisações e protestos. Todos têm direito de serem representados por seus respectivos sindicatos e lutarem por melhores condições de trabalho, de renda e de vida. Os bloqueios das empresas de aplicativos são, portanto, atitudes totalmente autoritárias e antidemocráticas”, disse Torres.

Além disso, os entregadores pediram aumento das taxas pagas pelos aplicativos, fim do sistema de pontuação que restringe o acesso a determinadas regiões a entregadores que atingirem uma quantidade específica de entregas, seguro de vida e seguro contra roubos e acidentes, fornecimento de alimentação durante a jornada e auxílio pandemia, que consiste na distribuição de equipamentos de segurança e licença

2º Breque dos apps



Foto: Roberto Parizotti/Fotos Públicas.

remunerada em caso de adoecimento.

Em entrevista ao site Uol, Paulo Lima, o Galo, líder dos Entregadores Antifascistas, destacou as condições precárias aos quais os trabalhadores estão expostos: “Tem entregador que pedala, pedala, pedala o dia inteiro. O cara está tão preocupado em sobreviver, que quando chega 23h ele esquece que tem que voltar pra casa. Sabe o que ele faz? Ele dorme na rua porque não aguenta pedalar 30 km pra voltar pra casa!”.

Para Torres, a reforma trabalhista aprovada em 2017, representou um retrocesso na luta por melhores condições de trabalho. “Repudiamos a reforma trabalhista aprovada em 2017 que, além de não gerar os empregos prometidos, precarizou ainda mais as relações de trabalho no Brasil e fomentou a informalidade”, disse.

Nas manifestações do 1º de maio de 2019, as centrais sindicais do país se uniram em torno da pauta da precarização das relações de trabalho, hoje chamadas por uberização. A partir desse debate, as centrais sindicais e o Dieese começaram a elaborar inúmeros documentos e notas técnicas, que estão sendo encaminhadas constantemente aos governos, parlamentares, lideranças políticas e empresariais, para equacionar os problemas da precarização no mundo do trabalho, apontou o líder sindical.

Paulinho da Força destaca que a Câmara dos deputados já tem se mobilizado para propor projetos de leis que tragam melhores condições para a categoria. “A questão dos entregadores é muito delicada e precisa de um debate aprofundado. Tenho conversado com representantes da categoria e logo traçaremos um projeto voltado para esses trabalhadores. Na Câmara dos Deputados há projetos que criam direitos para os entregadores de aplicativos. Um dos projetos de lei prevê que a empresa ofereça benefícios ao entregador, como seguros de vida e cobertura de danos em caso de roubos ao veículo usado para a entrega, sem ônus

para o empregado.”, destacou o deputado.

Segundo o texto, o aplicativo também deve assegurar ao empregado alimentação e água potável e espaço seguro para descanso entre as entregas, além de equipamentos de proteção individual (EPI). Os projetos ainda não têm data para serem votados. ■

“Repudiamos a reforma trabalhista aprovada em 2017 que, além de não gerar os empregos prometidos, precarizou ainda mais as relações de trabalho no Brasil e fomentou a informalidade”, destaca Miguel Torres, presidente da Força Sindical

O trabalho no mundo contemporâneo*

Mudanças na forma de organização do trabalho modificam a maneira de como o homem se socializa e altera os seus modos de ser.

**Artigo publicado inicialmente em maio de 2019 no site da Fundação 1º de Maio*

Por Diógenes Sandim

Neste mês de maio, quando o mundo todo comemorou o dia do trabalhador, explicitando, nos países democráticos, as contradições ainda existentes entre o homem e a sua produção nas relações do trabalho, é oportuno refletirmos sobre as transformações que ocorreram e ainda ocorrem no curso dessas relações no mundo contemporâneo.

As configurações que o trabalho ganha no decorrer da historiografia moderna é o resultado de uma relação sociopolítica entre o homem e a sua produção. O trabalho tem o poder de moldar a compreensão do homem como ser social. Portanto, as transformações em sua configuração modificam a socialização do homem e o seu modo de ser e estar no contexto social a que pertence. A fim de produzir os meios para a sobrevivência, o homem, por meio de seu trabalho, vai tecendo modalidades de relação social historicamente construídas. A produção, na medida que o trabalhador interage com ela, durante o processo de sua concretização, tem um valor que suplanta o meramente monetário e imprime um modo de viver e agir, uma identidade subjetiva de valor moral e de status social.

Mudanças na forma de organização do traba-

lho modificam a maneira de como o homem se socializa e altera os seus modos de ser, o que torna essencial analisar como essas transformações repercutem nos processos de subjetivação do homem e que continuam atravessando a dimensão do trabalho nos dias de hoje.

A Revolução Industrial pautou sua história a partir da adoção dos princípios científicos de organização, e a gestão do trabalho foi o foco do Fordismo e Taylorismo que, no decorrer de sua implantação e consolidação no mundo do trabalho, foi ficando evidente os prejuízos à saúde do trabalhador, tendo em vista que se buscava aumentar a produção e, conseqüentemente, os lucros, por meio da exploração irrestrita da mão de obra.

Segundo NARDI (2006) esse modelo produtivo promoveu uma cultura de organização coletiva de resistência, viabilizando as lutas das massas de trabalhadores, a organização dos sindicatos e a conquista de uma série de direitos trabalhistas. As organizações dos trabalhadores e de seus aliados no âmbito da organização parlamentar do Estado asseguraram, por meio da legislação, tais conquistas. Isso tudo remeteu a constituição da noção de Emprego.

Em meados do século XX, o emprego ganhou relevância significativa na subjetivação do trabalhador. Era apenas, a partir da inserção do sujeito no mundo do trabalho, por meio do emprego que se admitia o seu valor social e moral (NARDI;2006). Nessa época, se lutava por estabilidade duradoura no emprego, pois isso permitia-se uma possível construção de projeto de vida a longo prazo.

“Nos últimos 30 anos, mais precisamente a partir da emergência do neoliberalismo e capitalismo financeiro, que implicam uma redução da intervenção do Estado na organização trabalhista, provoca uma ruptura no modo como o trabalho vinha produzindo os processos de identidade. Desta forma ocorreram uma série de mudanças na população dos trabalhadores que precisou se reajustar aos novos modelos produtivos, como o Toyotismo, os quais se caracterizam por: novas formas de gestão, tanto de produção como de pessoas; transnacionalização do capital; migração laboral orientada pela dinâmica do capital internacional; intensificação nos ritmos e processos de trabalho; incorporação da informática, telecomunicação e microtecnologia; busca pelo máximo de produtividade com o mínimo de tempo e pessoal; redução do trabalho estável e contratual e aumento do informal, temporário/parcial; terceirização; predominância do auto emprego de subsistência; flexibilização do trabalho; desconcentração do espaço físico e da jornada de trabalho; apropriação de características cognitivas do trabalhador pelo maquinário; exigência de alta qualificação do trabalhador para fazer frente à tecnologia (superespecialização)”. (Antunes,2006; Coutinho et. Al.,2007; Dejours,2004; Nardi,2006; Sainz,2003) e (Revista Labor número 11, v. 1, 2014)

“A década de 1970 marca o início da crise do capital, denominada por Mészáros (2007) de crise estrutural. As crises são inerentes ao capitalismo, elas são expressões das contradições internas à forma que o próprio sistema se organiza para produzir e manter-se em expansão”. (Cadernos de Graduação– Ciências Humanas e Sociais Fits v.1 n.2 p. 47–59).



Carteira de trabalho e previdência social.

Nesse modelo de produção capitalista a categoria que exclusivamente é produtora de riquezas – o trabalho – é colocada numa situação de subordinação e controle. Impedindo que os produtores se realizem na produção e tenham acesso a ela. Como sempre se produz mais do que se recebe, logicamente sempre haverá mercadoria sobranes. Sendo assim o conjunto dos trabalhadores não poderão consumir todas as mercadorias disponíveis no mercado, e por essa razão e outras concomitantes, essa contradição inerente ao capitalismo promove crises cíclicas periodicamente, crises de superprodução.

No caso da crise iniciada na década de 1970, ela não é mais cíclica como frequentemente ocorria, essa crise vem se mostrando estrutural. Além disso, ela não atinge um setor ou um país, mas vem se fazendo global e afeta toda a estrutura do sistema do capital.

Para manter-se, o capitalismo busca superar seus próprios limites estruturais e é nesta encruzilhada histórica que devemos focar nossa atenção em busca de alternativas, consensuais e estruturantes, para a superação da indignidade endógena do capitalismo moderno, para o trabalho humano.

Com a crise de 1970 o sistema

capitalista inicia uma intensa reorganização do seu processo de reprodução e acumulação, que dá curso ao que se denominou de “Reestruturação Produtiva”, envolvendo não só referentes ao âmbito da produção, mas também ligados às relações de trabalho, às funções do Estado (que são reconfiguradas) e ao modo de ser da classe trabalhadora.

Segundo Antunes (2009) as primeiras expressões dessa crise foram: a queda na taxa de lucro, a retração do consumo e o declínio do taylorismo-fordismo, a ampliação do setor financeiro em relação ao produtivo, a crise do Welfare states e a flexibilização do processo

Passamos como afirma Beck (1999) de um modelo social de trabalho onde imperava maior segurança ao modelo de risco desregulado

produtivo e das relações de trabalho. Consideramos que a substituição do fordismo pelo toyotismo foi o que mais impactou o mundo da produção a partir de estratégias que caracterizam um período no qual a acumulação é dirigida por processos de flexibilização.

O toyotismo estabeleceu um padrão de acumulação caracterizado pela flexibilidade,

tanto no processo produtivo quanto nas relações trabalhistas, alterando as formas de execução das tarefas e inserindo novas modalidades de contrato, vínculos empregatícios e de ocupação, com a necessária regressão dos direitos sociais, em especial os que referem ao âmbito trabalhista. Essa regressão é permitida e legitimada pelo Estado, agora reorientado pelo neoli-

beralismo.

Frente a essa situação em que o capitalismo busca superar seus próprios limites à custa de mais exploração do trabalho humano e do enfraquecimento das organizações sociais promovendo cada vez mais miséria e concentração da renda, é necessário buscar, no imbróglio do processo de rupturas, as aspirações legítimas da supera-

ção do inumano em busca de um salto qualitativo de desenvolvimento civilizatório da humanidade.

A fórmula: economia liberal + mercado globalizado e competitivo + avanço tecnológico + velocidade na transmissão e comercialização de tecnologia traz obrigatoriamente como resultado a necessidade das organizações se apoiarem nas pessoas como solução para obter um diferencial de competitividade. Tal prática está articulada à necessidade de democratizar as informações. O segredo deixou de ser a alma do negócio. Para que as pessoas estejam comprometidas com a nova cultura organizacional é necessário, em primeiro lugar, que elas a conheçam e adquiram dela uma visão mais sistêmica.

Podemos definir cultura organizacional, de acordo com Alvim (2000, p.39), como:

“Um conjunto de modos de pensar, sentir e agir – originado a partir de uma aprendizagem coletiva – o qual tem uma função integradora, que envolve subjetividade e diferenças, formando um todo complexo e multidimensional composto por elementos que estão em relação dialética constante e que tem um sentido de identidade sustentado por elemen-

tos universais.”

Tal definição aponta algumas questões estratégicas para nossas reflexões. Se o segredo deixou de ser um bom negócio e a participação do trabalhador numa aprendizagem coletiva torna-se necessária para garantir qualidade e produtividade, seja em qualquer nível da produção, encontra-se aí condições de colocar o homem na busca de seu sentido de identidade perdida no modelo fordista e taylorista de produção e execrar as idiosincrasias do capital predatório ainda presente no modo do toyotismo, que percorreu todas as últimas décadas da produção na história moderna.

Se usarmos o conceito de Materialismo Histórico como responsável por tudo na vida concreta em sociedade e que, as necessidades dessa sociedade se fazem no espaço e tempo da sua realidade, de suas adições e contradições que se fazem na sua matriz de transformação, é de se pensar que, no bojo do velho a ser superado, tem a genealogia do novo a ser implantado e, será pelo olhar “clínico” dos novos agentes da transformação que poderemos encontrar o rebento a ser parido. Assim, como ocorreu a superação do feudalismo pelo capitalismo com a emergência da

classe burguesa, e isto representou um avanço histórico civilizatório para humanidade, está chegando a hora de um novo salto histórico para nosso mundo, a partir dos fatos emergentes promovidos pelas contradições que, em busca de soluções, tem promovido saídas que permitem a oportunidade de costurarmos uma saída definitiva para nossas mazelas, que durou todo o tempo no mundo moderno.

O século XXI (21) será o século de consolidar a pós modernidade, que teve seu início já na segunda metade do século passado. Se o século XX (20) se caracterizou pelo confronto de ideias e ideologias Leste x Oeste, num permanente confronto Trabalho, Capital e no meio dos dois, o Estado, o século XXI (21) deverá nos fornecer alternativas sustentáveis para sobrevivência da humanidade no planeta, condição esta que deverá permitir alcançar a superação do mal-estar da civilização que se mantém durante toda a passagem da era moderna e que continua no que podemos chamar de hipermoderna.

Em uma nova cultura, voltada para a capacidade de transformar o mundo a partir de uma unidade organizacional, que tem na parceria capital e trabalho um compromisso em

favor de um bem comum “[...] formando um todo complexo e multidimensional, composto por elementos que estão em relação dialética constante e que tem um sentido de identidade sustentado por elementos universais” (Alvin 2000,p. 39).

Com essas afirmações é possível construir junto ao trabalho consciente uma remuneração do capital, que seja justa e compartilhada com

condições dignas do trabalho humano e significativa remuneração da mais valia, produzida pelo trabalho. Com uma nova cultura organizacional produzida e reproduzida pelo pensamento sistêmico, o cantado e decantado humanismo que é referência desde o iluminismo, ganha agora uma práxis contemporânea sustentável, que podemos denominar de HUMANISMO SISTÊMICO. A pós modernidade pode ser a era do pós capitalismo

predatório, e motor de uma nova cultura mundial com reflexos sistêmicos em busca de soluções das outras mazelas endógenas da forma atravessada de vermos e lidarmos com nossa realidade contemporânea. ■

Um conjunto de modos de pensar, sentir e agir - originado a partir de uma aprendizagem coletiva – o qual tem uma função integradora, que envolve subjetividade e diferenças, formando um todo complexo e multidimensional composto por elementos que estão em relação dialética constante e que tem um sentido de identidade sustentado por elementos universais



Coleção Pontos e Pontes:

um passo adiante na sua formação política.

Disponível em breve.

Transparência da gestão pública: participação e controle social e efetivação da cidadania

Em uma sociedade informatizada, as demandas por acesso à informação e à transparência de dados e gastos públicos tornam-se urgentes. Amplificadas pelas inúmeras possibilidades trazidas pela internet, iniciativas de acompanhamento e fiscalização da administração pública surgiram e se fortaleceram na última década.

Ao se apropriarem das informações sobre as instituições públicas, seus recursos, composições e rotinas, cidadãos e cidadãos conseguem ampliar a participação social no controle e na gestão da administração pública, promovendo o exercício efetivo da cidadania e aprimorando a democracia brasileira, coibindo práticas de corrupção e fraude, por exemplo.

Para além da Constituição Federal e da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/1992, Art. 4º), há basicamente três leis principais que norteiam a disponibilização e divulgação de dados públicos no Brasil:

- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2001);
- Lei Complementar nº 131, de 2007, também conhecida como Lei Capibaribe;
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011).

As duas primeiras normativas estabelecem regras, prazos e protocolos para a publicização de finanças públicas e informações sobre gestão fiscal. Já a Lei de Acesso à Informação, também conhecida como LAI, garante que qualquer pessoa (física ou jurídica) possa solicitar dados sobre os Três Poderes em todas as esferas, municipal, estadual e A -- com exceção daqueles “cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”, diz o texto legal. Os pedidos não exigem motivação e há um prazo específico para que o órgão responda ao solicitante, cabendo, inclusive, recurso caso a resposta não seja satisfatória.

A mera disponibilização de dados, porém, não basta para garantir uma gestão efetivamente transparente. É necessário ter “qualidade informacional”, garantindo que cidadãos e cidadãos, imprensa e sociedade civil organizada, por exemplo, possam se apropriar desses dados e consigam, de fato, fiscalizar o poder público. Um exemplo muito simples para diferenciar a simples publicização de informações públicas de uma gestão transparente de fato: os dados disponíveis ou enviados devem estar, preferencialmente, em formato aberto, possibilitando que pessoas realizem cruzamentos, análises e recortes específicos. Já imaginou lidar com páginas e páginas de planilhas financeiras disponibilizadas em formato de uma imagem, por exemplo, na qual não é possível selecionar ou filtrar itens? Pois é.

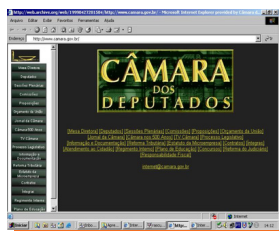
É nesse contexto que o Portal da Câmara dos Deputados está inserido. Além de ser um repositório de leis aprovadas, propostas apresentadas e discursos realizados em mandatos atuais e passados, o site traz atualizações sobre o andamento de projetos de lei, além da agenda de votações em comissões e no Plenário da casa, disponibilizando a lista de presença de deputados(as) nas sessões e o resultado de votações.

Criado nos primórdios da internet, em 1997, o

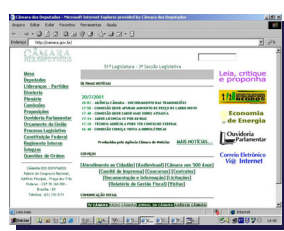
Portal da Câmara é administrado por um comitê gestor, implementado em 2004 com objetivo de promover atualizações no site e aprimorar os serviços oferecidos para a sociedade. O comitê é composto por representantes da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria de Comunicação Social, da Diretoria de Recursos Humanos, da Diretoria Administrativa, da Diretoria Legislativa e da Diretoria-Geral. De acordo com o site da Câmara, esse grupo “formula políticas, propõe estratégias e prioriza ações para oferecer à sociedade mais

Relembre as diferentes versões do Portal da Câmara dos Deputados

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados



Primeiro Portal da Câmara de 1997 a 1999



Segundo Portal da Câmara de 1999 a 2001



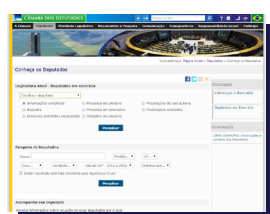
Terceiro Portal da Câmara de 2001 a 2005



Quarto Portal da Câmara de 2005 a 2009



Quinto Portal da Câmara de 2010 a 2012



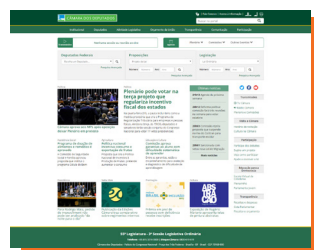
Sexto Portal da Câmara de 2012 e 2013



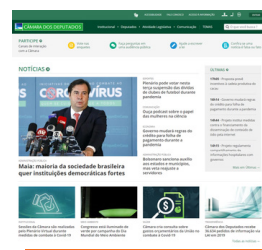
Portal da Câmara em 2013



Portal da Câmara em 2014



Portal da Câmara em 2017



Portal da Câmara 2019 – atual

informação e transparência”.

O Portal da Câmara dos Deputados é dividido em algumas seções, norteadas pelo princípio da transparência e buscando aproximar a sociedade de quem formula as leis que a regem.

A TVCâmara, emissora de televisão da Câmara dos Deputados, também transmite simultaneamente pela internet as sessões do Plenário, comissões e audiências, além de exibir debates e programas jornalísticos a respeito de temas discutidos na casa e ações promovidas pelos deputados e deputadas.

Por meio de notícias sobre a atividade parlamentar, a Agência Câmara abastece diariamente a imprensa brasileira com atualizações sobre votações, audiências públicas e acordos políticos, cobrindo o dia a dia da Câmara em diversos formatos, texto, vídeo ou áudio. O Portal também oferece uma assinatura para receber por e-mail informações recentes sobre a Câmara.

Mas, para além de ser mediado por agências de notícias e emissoras vinculadas à Câmara ou por veículos de comunicação do país, o contato com deputados e deputadas, suas ações e projetos também pode ser feito diretamente pelo cidadão ou cidadã, sem mediações. Essa é a função da área Acesso à Informação, disponível no Portal. Nesta seção é possível encontrar e, mais do que isso, exportar informações em formatos abertos, possibilitando a análise de dados públicos por pes-

quisadores(as), jornalistas ou qualquer cidadão interessado.

Os conteúdos disponíveis na seção de transparência da Câmara permitem ter um raio-x da atividade parlamentar, mostrando, por exemplo, os temas mais votados na casa a cada ano, começando por 2014. O site também informa quais os formatos de proposta mais apreciados (projeto de lei, medida provisória ou proposta de emenda constitucional, por exemplo) e em qual espaço (Plenário ou comissões). Por meio de gráficos interativos, é possível, apenas com o cursor do mouse, identificar os resultados de cada recorte temático. Intuitiva, a plataforma de transparência do Portal da Câmara dos Deputados também mostra o número de sessões realizadas por ano no Plenário e nas comissões permanentes e temporárias, além de indicar os projetos de lei mais visualizados no Portal anualmente.

Seguindo as determinações legais citadas anteriormente, o site da Câmara dos Deputados também disponibiliza informações financeiras relacionadas às atividades e à rotina parlamentar. É possível saber como são usados os recursos da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, os gastos de cada gabinete, quem utiliza apartamento funcional ou recebe auxílio-moradia. É possível também conhecer a remuneração dos parlamentares e servidores da Câmara e os gastos de cada um com viagens oficiais.

O contato com deputados e deputadas, suas ações e projetos também pode ser feito diretamente pelo cidadão ou cidadã, sem mediações

Se o cidadão ou cidadã quiser analisar a fundo os dados disponibilizados pela área de transparência da Câmara, é possível fazer download de diversos conteúdos (despesas, proposições, eventos realizados, legislaturas, partidos, entre muitas outras frentes) em formatos abertos, facilitando o uso e a aplicação desses dados em pesquisas, aplicativos ou plataformas de acompanhamento parlamentar, por exemplo. A seção Dados Abertos hospeda todas essas informações e elenca iniciativas da sociedade civil que se baseiam em números e materiais disponíveis no Portal.

Dentre as plataformas listadas, destacam-se os aplicativos de acompanhamento legislativo, Monitora Brasil, segundo colocado no hackathon promovido pela Câmara em 2013, e o Infojá, que também traz explicações didáticas sobre o funcionamento do Congresso Nacional. Mais recentemente, em 2019, foi lançada a plataforma Radar Governamental, que usa a base de dados da Câmara para acompanhar processos legislativos e analisar os impactos jurídicos das decisões parlamentares. Até 2019 havia mais de 500 cadastros na plataforma.

A Câmara dos Deputados também tem uma ferramenta que permite aos cidadãos monitorar as ações de parlamentares específicos: por meio do serviço Acompanhe Seu Deputado é possível receber quinzenalmente por e-mail informações como projetos apresentados ou relatados pelo deputado(a), votos em decisões da casa, discursos e notícias relacionadas a ele(a).

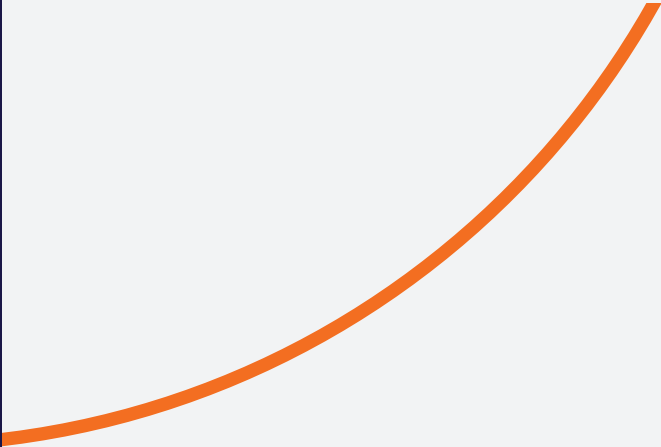
A internet e o aprimoramento das tecnologias vêm permitindo novas possibilidades de interação entre sociedade civil e poder constituído. A participação social no controle e na gestão pública é essencial para o funcionamento democrático. Mas, para isso, é preciso que haja o compromisso das instituições brasileiras em fornecer aos cidadãos a ferramenta mais valiosa para o exercício da fiscalização pública: a informação. ■





Realização:

Fundação 1º de Maio

- Samanta Costa • Presidente
 - Sandoval Fernandes • Vice-Presidente
 - Guilherme Martinelli • Diretor Executivo
 - Flávio Nogueira • Diretor Técnico
 - Maria Izabel Simões • Diretora Financeira
- 



www.fundacaoidemaio.org.br

Siga nossas redes sociais:



[Clique para acessar](#)

SOLIDARIEDADE

www.solidariedade.org.br